

Juatuba



PRODUTO 1

RELATÓRIO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE ACOMPANHAMENTO
E DOS LANÇAMENTOS DOS PROCESSOS DE REVISÃO DOS PLANOS DIRETORES

NOVEMBRO/2016



Processo de Revisão
planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

PRODUTO 1

RELATÓRIO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE ACOMPANHAMENTO
E DOS LANÇAMENTOS DOS PROCESSOS DE REVISÃO DOS PLANOS DIRETORES

PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE JUATUBA

NOVEMBRO/2016

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador do Estado de Minas Gerais

Fernando Damata Pimentel

Vice-Governador do Estado de Minas Gerais

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

Secretário de Estado de Cidades e de Integração Regional (SECIR)

Carlos Moura Murta

Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte | ARMBH - Diretora-Geral

Flávia Mourão Parreira do Amaral

EQUIPE TÉCNICA | ARMBH

Coordenação - Diretor de Regulação Metropolitana

Mateus Almeida Nunes

Comissão Executiva

Camila Miranda Knauer

Fabiana Caroline Ribeiro Rocha

Júlia Monteiro de Castro Laborne

Sabrina Faria Rocha

Diretoria de Regulação Metropolitana

Daniel de Freitas Moraes Mendes

Adalberto Stanley Marques Alves

Fabício Pallione Avelar

Marilda Siqueira Castro

Vitor Fonseca Lima

Viviane Cota Alves da Silva

Flavio Santos Neves

Roscelly Cristinne Lima Moreira

Gisele Olímpia Piedade Carneiro

Matheus Correa Almeida

Assessoria de Comunicação

Denise Walter Dias

Aloisio Soares Lopes

Maria Zita Toledo

Jéssica Nayara Benfica

Marina Cupertino Xavier

EQUIPE TÉCNICA | UFMG

Coordenação Geral

Roberto Luís de Melo Monte-Mór, Professor, Cedeplar/FACE/UFMG

Coordenação Técnica

Daniel Medeiros de Freitas, Professor, EA/UFMG

Geraldo Magela Costa, Professor, IGC/UFMG

Heloisa Soares de Moura Costa, Professora, IGC/UFMG

Gerência Operacional

Mariana de Moura Cruz, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Lucília Maria Zarattini Niffenegger, Cedeplar/FACE/UFMG

Gerência Técnica

João Bosco Moura Tonucci Filho, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Marcos Gustavo Pires de Melo, Assistente de Pesquisa, FACE/UFMG

Coordenação de Sistema de Informações e Comunicação

Eduardo Maia Memória, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Coordenação de Mobilização Social

Rodolfo Alexandre Cascão Inácio, Consultor

Coordenação dos Lugares de Urbanidade Metropolitana

Clarice de Assis Libânio, Assistente de Pesquisa, NPGAU/UFMG

Coordenação Interna

Bruno Fernandes Magalhães Pinheiro de Lima, Assistente de Pesquisa, UFMG

Daniela Adil Oliveira de Almeida, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Leandro de Aguiar e Souza, Assistente de Pesquisa, UFMG

Luiz Felype Gomes de Almeida, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Equipe Técnica

André Henrique de Brito Veloso, Assistente de Pesquisa, UFMG

Heloísa Schmidt de Andrade, Consultora.

Hidelano Delanusse Theodoro, Assistente de Pesquisa, EE/UFMG

Laís Grossi de Oliveira, Assistente de Pesquisa, UFMG

Leopoldo Ferreira Curi, Assistente de Pesquisa, UFMG

Luciana Maciel Bizzotto, Assistente de Pesquisa, UFMG

Marcos Eugênio Brito de Castro, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Matheus Silva Romualdo, Assistente de Pesquisa, UFMG

Rodrigo Silva Lemos, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Thaís Mariano Nassif Salomão, Assistente de Pesquisa, UFMG

Tiago Neves Guerra Lages, Assistente de Pesquisa, UFMG

Estagiários

Ana Paula de Oliveira Freitas, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Cintya Guedes Ornelas, Assistente de Pesquisa, UFMG

Evandro Luis Alves, Assistente de Pesquisa, FACE/UFMG

Júlio César de Oliveira, Assistente de Pesquisa, FACE/UFMG

Kaiodê Leonardo Biague, Assistente de Pesquisa, FACE/UFMG

Mariana Tornelli de Almeida Cunha, Assistente de Pesquisa, UFMG

Thaís Pires Rubioli, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Thiago Duarte Flores, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Victor Gabriel de Souza Lima Alencar, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DE JUATUBA

Sérgio Oliveira de Araújo, Representante do Poder Executivo

Solange Aparecida da Silva, Representante do Poder Executivo

Rodrigo Silveira Dias, Representante do Poder Executivo

Rosangela de Castro Valle, Representante do Poder Executivo

Jurandir Barroso Santos, Representante do Poder Legislativo

Kelissander Saliba Santos, Representante do Poder Legislativo

Rodrigo Miranda de Luna, Representante da Sociedade Civil

Julio Vicente da Silva, Representante da Sociedade Civil

Abdo Moreira Saliba, Representante da Sociedade Civil

Hernane Diniz Guimarães, Representante da Sociedade Civil

Maria de Fátima Guimarães Saraiva, Representante da Sociedade Civil

Otto Faleiro Barroso, Representante da Sociedade Civil

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ARMBH – Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

CEDEPLAR– Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

EA/UFMG – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

FACE/UFMG – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais

IGC/UFMG - Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais

MZ – Macrozoneamento

MZRMBH – Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Abertura da Audiência Pública de Juatuba e Composição da Mesa	31
Figura 2 - Fala da Prefeita Valéria Aparecida dos Santos.....	32
Figura 3 - Apresentação da Equipe da UFMG: Contextualização Metropolitana ..	34
Figura 4 - Presenças na Audiência Pública de Lançamento do Plano Diretor Municipal.....	35
Figura 5 - Abertura da fala aos presentes	37
Figura 6 - Abertura da fala aos presentes	38
Figura 7 - Votação do Grupo de Acompanhamento	39
Figura 8 - Leitura da Ata e Encerramento da Audiência Pública.....	40
Figura 9 - Material de divulgação no município	44
Figura 10 - Material de divulgação no município	45

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
PARTE 01 - METODOLOGIA PRELIMINAR.....	15
1 INTRODUÇÃO	15
2 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES METODOLÓGICOS	17
3 METODOLOGIA PRELIMINAR POR ETAPA DE TRABALHO.....	24
3.1 Metodologia de elaboração do Diagnóstico Propositivo Participativo	24
3.2 Metodologia de elaboração das Propostas Preliminares.....	27
3.3 Metodologia de elaboração das Propostas Finais	28
PARTE 02 - RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA	29
1 INTRODUÇÃO	29
2 RELATO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JUATUBA	30
2.1 Abertura	30
2.2 Contextualização Local	32
2.3 Apresentação do Processo de Revisão dos Planos Diretores Participativos Municipais.....	33
2.4 Contribuições dos presentes à reunião.....	36
2.5 Eleição do Grupo de Acompanhamento	38
2.6 Encerramento.....	40
PARTE 03 - RELATÓRIO DESCRITIVO E FOTOGRÁFICO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	41
1 METODOLOGIA DA MOBILIZAÇÃO.....	41
2 AVALIAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO NO MUNICÍPIO	43
ANEXO I - CÓPIA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....	46

ANEXO II - CÓPIA DA ATA LAVRADA E ASSINADA DA AUDIÊNCIA.....	47
ANEXO III - CÓPIA DA LISTA DE PRESENÇA.....	50
ANEXO IV - CÓPIA DO DECRETO DE FORMALIZAÇÃO DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO.....	53
ANEXO V – MINUTA PROPOSTA E CONVITES FINAIS ENVIADOS PELO MUNICÍPIO PARA AUTORIDADES/ENTIDADES	56
ANEXO VI – MINUTA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA	61
ANEXO VII – CONVITE PARA REFORÇAR MOBILIZAÇÃO – MODELO E EMAIL ENVIADO AO MUNICÍPIO	63
ANEXO VIII – ORIENTAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA	65
ANEXO IX – FORMATO AUDIÊNCIA	66
ANEXO X – MINUTA DA ATA DA AUDIÊNCIA DE LANÇAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....	67
ANEXO XI – ATRIBUIÇÕES DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO	69
ANEXO XII – MINUTA DO DECRETO LEI DE LEGITIMAÇÃO DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO.....	70
ANEXO XIII – APRESENTAÇÃO REALIZADA PELA UFMG NA AUDIÊNCIA PÚBLICA	72

APRESENTAÇÃO

O presente documento corresponde ao cumprimento do objeto previsto na Cláusula Primeira, especificada pela Cláusula Terceira do Contrato Nº 002/2016 firmado na data 10.10.2016 entre a Contratante, Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH, e a Contratada, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – IPEAD.

Em cumprimento à Cláusula Sétima do Contrato Nº 002/2016, a Contratada faz conhecer e entregar o Produto 1 - Relatório do processo de formação dos grupos de acompanhamento e dos lançamentos dos processos de revisão do Plano Diretor do Município de Juatuba, nos termos da Cláusula Terceira do Contrato nº 002/2016 e do Termo de Referência – TR-DR Nº 002/2016 anexo ao Contrato supracitado.

O Produto 1, de acordo com o TR-DR Nº 002/2016 faz parte da Etapa 1, Preparação e capacitação: Desenvolvimento e pactuação da metodologia com Agência RMBH e municípios; formação e capacitação dos grupos de acompanhamento e equipe interna, do objeto contratado conforme a Cláusula Primeira e Terceira do Contrato Nº 002/2016 no intuito de realizar as atividades previstas e acordadas na página 23 da TR-DR Nº002/2016:

- 1.1 Mobilização e capacitação junto aos municípios para formação e implantação dos grupos de acompanhamento municipal para o processo de revisão dos Planos Diretores com apoio de um grupo de mobilização social, coordenado pela equipe da Universidade;
- 1.2. Lançamento oficial da revisão dos Planos Diretores em audiências públicas;
- 1.3. Desenvolvimento preliminar da metodologia.

Os requisitos para desenvolvimento, entrega e aceitação do Produto 1 foram detalhados nas páginas 26 e 27 da TR-DR N°002/2016, nos seguintes termos:

Relatório contendo as atas das audiências públicas de lançamento dos processos de revisão, os decretos de formação dos grupos de acompanhamento, a proposta preliminar da metodologia de trabalho e o relatório descritivo e fotográfico do processo de mobilização social local, bem como listas de presença, convites enviados e demais mecanismos de divulgação utilizados pela equipe da IPEAD e pelo município. A audiência de lançamento do processo de revisão do plano diretor deverá ser divulgada por meio de materiais publicitários de ampla difusão, contendo data, local e tema, com antecedência mínima de 15 dias da realização da audiência. A programação da audiência deverá prever: palestras conceituais, apresentação do cronograma proposto de elaboração do Plano Diretor, eleição do grupo de acompanhamento por segmentos da sociedade civil, e espaço para debates.

Destarte, no intuito de atender os termos do Contrato N° 002/2016 e o Termo de Referência TR-DR N°002/2016, entrega-se o Produto 1 do Município de Juatuba com todos os itens relacionados acima organizados e dispostos nesta forma:

- PARTE 01 - Metodologia Preliminar (em atendimento à atividade 1.3 da Etapa 1, previsto nos critérios de aceitação)
- PARTE 02 - Relatório de Audiência (em atendimento às atividades 1.1 e 1.2 da Etapa 1)
- PARTE 03 – Relatório descritivo e fotográfico do processo de mobilização social (em atendimento à atividade 1.1 da Etapa 1).

PARTE 01 - METODOLOGIA PRELIMINAR

1 INTRODUÇÃO

Este texto, denominado Metodologia Preliminar, tem como finalidade orientar o processo de desenvolvimento e pactuação da metodologia de revisão do Plano Diretor entre a equipe técnica, a Agência RMBH e o município, a qual comporá o Relatório Metodológico, Produto 3 da Etapa I do trabalho. Este processo será orientado também pelas análises dos Planos Diretores e da Legislação Urbanística Básica em Vigor no município (Produto 2 da Etapa 1) e inclui, ainda, amadurecimentos e considerações resultantes da capacitação dos Grupos de Acompanhamento Municipal.

A construção da Metodologia Preliminar traz como princípio o sentido de cidadania metropolitana que orientou a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI-RMBH) e do Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH) da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Busca-se alcançar a participação ativa e ampliada de todas as esferas da sociedade em debate coletivo e democrático sobre o planejamento urbano da metrópole e sua integração com o planejamento urbano municipal.

A Metodologia Preliminar orienta também o método de revisão dos Planos Diretores Municipais quanto ao esforço de compatibilização e especificação, em escala local, dos avanços conceituais e propostas de políticas integrantes do PDDI e do Macrozoneamento Metropolitano, especialmente a definição das Zonas de Interesse Metropolitano (ZIM) e das Áreas de Interesse Metropolitano (AIM), bem como a definição e delimitação da Trama Verde Azul (TVA) e dos Lugares de Urbanidade Metropolitana (LUME).

Importante registrar que a elaboração do trabalho ocorre por meio da cooperação entre diferentes atores. Envolve uma equipe interna selecionada e coordenada pela UFMG trabalhando dentro da Agência RMBH, articulada com outra equipe externa lotada na própria Universidade. À equipe interna cabe o apoio técnico à Agência na elaboração das propostas da revisão dos Planos

Diretores Municipais, o acompanhamento e a consolidação de informações provenientes das etapas participativas e a garantia de compatibilização e integração entre a proposta territorial municipal e a metropolitana, prezando sempre pela articulação, e não pela sobreposição, entre o interesse local e o metropolitano. À equipe externa caberá o acompanhamento e a coordenação dos trabalhos da equipe interna, bem como a responsabilidade pelo desenvolvimento metodológico, conceitual e, quando houver necessidade, pela assessoria técnica e institucional do trabalho.

O município e a sociedade civil são os dois outros atores no processo de revisão dos Planos Diretores, sendo o primeiro responsável pelo fornecimento de informações e transmissão do saber técnico local, pela mobilização social (com apoio e capacitação da equipe da UFMG) e articulação política municipal, além do provimento da infraestrutura necessária para a realização dos eventos participativos e implantação de espaços institucionais ligados à realização da revisão dos Planos Diretores.

Para o desenvolvimento do trabalho de revisão dos Planos Diretores deverá ser formado um Grupo de Acompanhamento Municipal composto por técnicos e representantes do poder público municipal com expertise sobre a produção e a regulação do território do município, bem como por representantes da sociedade civil municipal. Esses grupos deverão não somente acompanhar os trabalhos feitos pela Agência RMBH e equipe interna da UFMG, com apoio da equipe externa, como também contribuir diretamente no desenvolvimento do diagnóstico e na formulação das propostas de revisão dos Planos Diretores. O Grupo exerce, sobretudo, papel como mobilizador social das instâncias que cada membro representa e reproduz em maior escala dos produtos realizados e informações levantadas ao longo do processo.

A seguir, apresentam-se, no item 2 deste relatório, os princípios e propostas norteadoras do planejamento metropolitano que orientarão o processo de revisão dos Planos Diretores; em seguida, no item 3, a proposta de metodologia preliminar subdividida de acordo com as próximas etapas do trabalho

de revisão do Plano Diretor, a saber: a Elaboração do Diagnóstico Propositivo Participativo (Etapa II), a Elaboração das Propostas Preliminares (Etapa III) e a Formulação da Proposta Final (Etapa IV).

2 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES METODOLÓGICOS

O presente processo de Revisão dos Planos Diretores de municípios da RMBH ocorre dentro de um quadro político e institucional que o diferencia dos tradicionais processos de revisão de Planos Diretores até então conhecidos. Isto porque na RMBH há um processo já avançado e consolidado de construção tanto do seu Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) como do seu Macrozoneamento (MZ), o que torna fundamental buscar a articulação e a compatibilização de suas propostas na revisão da regulação do território municipal visando o fortalecimento e a integração da RMBH.

Portanto, além da regulação em nível federal – a saber, o Estatuto da Cidade e o Estatuto da Metrópole –, a atual revisão dos Planos Diretores possui também como ponto de partida não somente os Planos e a legislação urbanística já existentes nos municípios, mas de modo mais decisivo, as propostas, políticas e categorias desenvolvidas no âmbito do processo de planejamento metropolitano em curso há quase uma década. Diante disso, parte da metodologia preliminar dos trabalhos envolve um resgate das principais características do PDDI e do Macrozoneamento que possuem um rebatimento direto e orientador sobre os municípios, particularmente sobre seus Planos Diretores.

Enfim, o sentido principal do trabalho de revisão dos Planos Diretores municipais que aqui se inaugura consiste em garantir a perspectiva metropolitana, principalmente por meio da compatibilização territorial entre as realidades municipais e as propostas do planejamento metropolitano oriundas do PDDI e do MZ, especificamente: a) proposta de reestruturação territorial metropolitana: rede de centralidades e de mobilidade; b) Zonas de Interesse Metropolitano (ZIMs) e Áreas de Interesse Metropolitano (AIMs); c) Trama Verde e Azul (TVA); d)

Lugares de Urbanidade Metropolitana (LUMEs). Tais propostas formuladas no âmbito metropolitano, acrescidas de diversas outras políticas previstas no PDDI que incidem mais diretamente sobre o território, serão a base para a compatibilização entre o interesse local e o metropolitano, assim como para orientação das propostas de estruturação territorial de cada município. Ao mesmo tempo, tal compatibilização entre as propostas metropolitanas e as propostas municipais concorre para a efetiva implantação tanto do PDDI como do Macrozoneamento sem prejuízo do interesse local; ou seja, o local é considerado também como expressão da política metropolitana de maneira integrada e democrática. O nexo municipal-metropolitano destaca-se, portanto, como desafio premente do processo, e deverá ser observado no detalhamento metodológico por vir.

Nesse sentido, importa iniciar esta proposta metodológica preliminar por meio do resgate e da articulação entre categoriais previstas no PDDI e no MZ de modo a tornar mais evidente qual a função e a importância de cada uma delas na proposta de revisão de cada Plano Diretor aqui trabalhado.

Em primeiro lugar, cabe resgatar que o PDDI parte do diagnóstico em que a RMBH se caracteriza por uma forte centralidade em Belo Horizonte que se expressa em uma desigualdade de desenvolvimento territorial, numa polaridade monocêntrica de oportunidades, numa dependência desequilibrada entre Belo Horizonte e os demais municípios, numa distribuição não-equitativa entre bônus e ônus da dinâmica metropolitana, numa centralização na prestação de serviços etc. Ou seja, a RMBH se caracteriza por uma reprodução dos esquemas dependentes de centro-periferia. Esse quadro se expressa, por exemplo, em um sistema viário e numa lógica de transporte radiocêntrica, ou num balanço de serviços ambientais desequilibrado – não raro às custas dos interesses municipais –, ou ainda numa urbanização estendida com a proliferação de urbanizações periféricas – não raro informais e em conflito com a preservação ambiental.

Na proposta do PDDI, portanto, entende-se que um desenvolvimento mais integrado da RMBH passa pela reestruturação da dinâmica territorial de maneira a romper com a lógica centro-periferia e produzir um espaço com mais possibilidades para um desenvolvimento mais igualitário e sustentável. A reestruturação territorial ambiciona uma metrópole policêntrica, compacta, com centralidades e sub-centralidades articuladas em rede cuja dinâmica seja integrada ao invés de dependente, de modo a respeitar e potencializar as oportunidades e as necessidades locais em articulação com as possibilidades metropolitanas.

A reestruturação territorial é mais do que uma das políticas do PDDI, uma vez que é um tema transversal que pertence ao horizonte de todo o Plano. Nesse sentido, é importante frisar que o PDDI, na sua totalidade, concorre para sua realização, ou seja, a construção de uma metrópole policêntrica integrada em rede depende não somente de esforços na regulação integrada do uso do solo e do planejamento estritamente territorial, mas também da implantação das diversas políticas de todos os eixos do PDDI de acordo com cada especificidade territorial, além, é claro, de um ambiente institucional que estimule e possibilite uma gestão democrática e compartilhada da RMBH. Essa articulação íntima entre a reestruturação territorial e as demais políticas do PDDI é de importância central para a revisão do Plano Diretor, pois esse é um momento privilegiado para a especificação e aplicação de tais políticas na escala local visando a compatibilização da política metropolitana com a política local. Ao tomar as políticas do PDDI como balizas para a articulação e elaboração das políticas municipais de desenvolvimento dá-se um importante passo na efetivação do PDDI como uma proposta de gestão integrada e compartilhada do território metropolitano.

Dessa mesma forma, o Macrozoneamento não deve ser visto apenas como um dos programas que compõe a Política de Metropolitana Integrada de Regulação e Uso do Solo do PDDI – assim como a revisão dos Planos Diretores não pode ser vista como apenas parte do Programa de Apoio à Elaboração e Revisão das Legislações Municipais. Não devem ser entendidos tampouco como

processos autônomos e independentes do restante do PDDI. É nessa articulação que as categorias do Macrozoneamento podem ser compreendidas em toda sua complexidade e é dessa forma que irão informar o processo de revisão ora em construção.

As Zonas de Interesse Metropolitano e as Áreas de Interesse Metropolitano são as categorias mais básicas da proposta do Macrozoneamento e aquelas que mais se assemelham, sem se reduzir, às categorias tradicionais do planejamento territorial urbano. Ambas são delimitações de áreas nas quais foi identificada a necessidade de compatibilização entre o interesse metropolitano e o interesse local ou nas quais existe uma possibilidade de articulação transescalar que potencialize a gestão compartilhada e integrada do território. Tendo esses critérios em mente, as AIMS são áreas prioritárias para aplicação integrada de políticas do PDDI para a realização de uma potencialidade ou vocação específica – dentro de uma proposta de desenvolvimento territorial igualmente integrada com a perspectiva de uma RMBH policêntrica e articulada em rede; as ZIMs podem ser interpretadas como áreas nas quais a concretização do interesse metropolitano articulado não depende somente da aplicação das políticas do PDDI, mas também, de modo mais decisivo, da regulação do uso do solo. Ou seja, de modo mais esquemático, as ZIMs são áreas que expressam o interesse metropolitano que demandam uma regulação territorial mais específica. As ZIMs incorporam em parte tanto a proposta de reestruturação territorial metropolitana quanto propostas de outras políticas identificadas com o interesse metropolitano, a exemplo das políticas dos eixos Urbanidade e Sustentabilidade que convergem na proposta da Trama Verde e Azul e outras categorias de sobrezoneamento metropolitano.

Quanto ao rebatimento das ZIMs e das AIMS no planejamento local, deve-se atentar para essa articulação entre aplicação de políticas do PDDI e a regulação do uso do solo, seja numa forma tanto mais direta, pela compatibilização entre a proposta do Macrozoneamento e os Planos Diretores, ou mais indireta, no desdobramento dessas categorias para o planejamento municipal local. Nesses termos, a compatibilização entre o território municipal e o

metropolitano deve se dar tanto na dimensão dos parâmetros e diretrizes dos zoneamentos propostos no Macrozoneamento Metropolitano (ZIMs) quanto nas propostas de políticas articuladas e vinculadas a áreas específicas (AIMs).

Sobreposta territorialmente tanto às ZIMs quanto às AIMs, mas guardando a concepção de um território privilegiado de aplicação de políticas do PDDI, a Trama Verde-Azul, ajuda a compor a imagem de uma região metropolitana articulada em rede, ou seja, é uma outra importante dimensão da reestruturação territorial, uma nova concepção a partir da qual a estrutura da região metropolitana pode ser pensada, visualizada e transformada. A TVA é uma articulação entre elementos ambientais, culturais e econômicos que pretende articular, empoderar e ressignificar territórios marginalizados ou invisibilizados pela lógica tradicional do planejamento – mesmo quando este considerava tais dimensões, porém em categorias analíticas independentes. A TVA permite imaginar uma reestruturação territorial igualmente articulada em rede, mas sob outra perspectiva, que traz à tona a centralidade da natureza no processo de urbanização e a articula de modo horizontal à proposta de centralidades em rede – dando, na verdade, um novo sentido à concepção de centralidade gestada no PDDI. Ou seja, a Trama penetra e entrecruza (não só conceitualmente, mas também física e territorialmente) todas as demais categorias territoriais do Macrozoneamento de modo a enriquecer o significado, a dimensão e as possibilidades de cada uma delas.

Por fim, o primeiro esforço de criação de espaços institucionais para a instauração de um processo de participação contínuo e democrático que visa também o desenvolvimento de um espírito de cidadania metropolitana é representado pelo projeto dos Lugares de Cidadania Metropolitana (LUMEs). No PDDI, os LUMEs derivam de um programa dentro da Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos, e pretendem ser espaços físicos e/ou digitais que constituirão centros locais de organização, coleta e sistematização de informações, de divulgação e debate das principais questões do território metropolitano, de capacitação e troca de experiências entre os atores metropolitanos, e de articulação política entre os interesses metropolitanos e

locais. Os LUMEs, no entanto, são espaços institucionais abertos e orgânicos que devem se constituir como a ponta institucional mais dinâmica e próxima dos atores no processo de gestão democrática compartilhada e das interações entre saber técnico e saber emanado da vida cotidiana local na perspectiva da aprendizagem social. Nesse sentido, a implantação dos LUMEs é um processo de longo prazo e que encontra, no processo de revisão dos Planos Diretores, uma oportunidade de experimentação a partir dos Espaços Físicos e Digitais do Plano Diretor – que pode e deve ser encarada como um embrião de LUME no município trabalhado. Os LUMEs também devem ser vistos como pontos de costura institucional e de participação popular que anima a implantação, o acompanhamento e o desenvolvimento tanto das políticas do PDDI como das propostas mais territoriais (ZIMs, AIMs e TVA). A possibilidade de experiência no processo de participação de revisão do Plano Diretor será essencial para a sensibilização tanto para a importância política e técnica do envolvimento dos diferentes atores do território no processo de planejamento quanto para o exercício de uma cidadania metropolitana. Pretende-se que os LUMEs passem assim a ser guardiões institucionais não só do Plano Diretor como também da sua compatibilização e articulação com o planejamento metropolitano e com o PDDI.

Como o planejamento intersetorial e transdisciplinar é uma diretriz essencial do PDDI, os estudos e propostas não deverão ser organizados conforme suas tradicionais e fragmentadas áreas técnicas e setoriais (uso do solo, mobilidade, habitação etc.), o que apenas reproduziria, no plano metodológico, as análises parcelares e a falta de diálogo entre saberes e instituições que se quer evitar na prática de um planejamento que se pretenda mais integrado. Portanto, estudos e propostas deverão ser orientados pelos Eixos Temáticos Integradores (ETIs) definidos no âmbito do PDDI: Acessibilidade, Seguridade, Sustentabilidade e Urbanidade.

Quanto ao Diagnóstico Propositivo, os estudos técnicos do Produto 6 deverão ser orientados pelas principais linhas de questões e preocupações que tenham emergido da etapa da Leitura Comunitária (Produto 5). Desse modo, os

trabalhos de pesquisa e investigação de caráter mais técnico passam a ser orientados por problemas prioritários e questões críticas emanados do próprio território e organizadas a partir dos eixos integradores acima mencionados. Caminha-se assim na direção de um Diagnóstico Propositivo Participativo que tente superar a distância que geralmente se estabelece entre as etapas de diagnóstico e de proposição, assim como entre as leituras técnicas e as leituras comunitárias.

Ademais, as leituras Comunitárias e Técnicas deverão ser pensadas a partir de uma perspectiva metropolitana, entendida como um olhar diagonal que conecta e articula as escalas local, municipal, supramunicipal, inter-regional e regional. Nem localismo autocentrado, nem regionalismo indiferente às realidades locais: o que se preconiza é uma abordagem transescalar que nos permita melhor compreender os nexos e relações entre cada porção do território municipal e o território metropolitano, no intuito de fortalecer laços, vínculos e relações de complementaridade e reciprocidade. Importa também destacar que por território municipal entende-se a totalidade do município, abrangendo, portanto, suas porções “rurais” e “urbanas”, assim como a diversidade e pluralidade de usos e atividades que nesse território de desenvolvem, tais como aquelas geralmente identificadas apenas com o rural: agricultura, extrativismo, artesanato etc.

Do ponto de vista do processo participativo, além da instalação do Espaço do Plano Diretor, o projeto privilegia a articulação entre saber técnico e saber popular e o processo de participação contínuo, democrático e efetivo através da criação de Grupos de Acompanhamento compostos por membros representativos da sociedade civil e do poder público que passarão, já na primeira etapa do processo, por uma atividade de capacitação. Essa capacitação, entretanto, não se resume à formação e a informação do processo de planejamento metropolitano e de suas categorias; o objetivo da capacitação é uma troca de informações e experiência visando a compatibilização entre os interesses locais e metropolitano representado, num primeiro momento, na pactuação de uma metodologia definitiva e específica para o desenvolvimento do trabalho de revisão. Ou seja, durante a capacitação os grupos de acompanhamento não serão agentes

passivos, mas participarão mais ativamente na construção coletiva de uma metodologia e de um planejamento de trabalho coletivo.

3 METODOLOGIA PRELIMINAR POR ETAPA DE TRABALHO

3.1 Metodologia de elaboração do Diagnóstico Propositivo Participativo

O produto Diagnóstico Propositivo inclui as diretrizes de estruturação urbana do município e a avaliação final em relação às discrepâncias, convergências e necessárias ou possíveis adequações em relação ao Macrozoneamento Metropolitano. Alinhado às diretrizes metodológicas apontadas em item anterior, a elaboração do Diagnóstico Propositivo Participativo adotará como fundamento a construção de pelo menos três níveis de integração. O primeiro, a integração entre os temas técnico-setoriais em quatro Eixos Temáticos Integradores – Acessibilidade, Segurança, Sustentabilidade e Urbanidade – dando continuidade ao processo adotado para elaboração do PDDI e do Macrozoneamento, que rompe a lógica interna das tradicionais áreas temáticas do campo do planejamento urbano. O segundo, a integração entre diagnóstico e proposta. E o terceiro, a integração entre a leitura técnica e a comunitária.

Para a construção e consolidação do Diagnóstico Propositivo Participativo, propõe-se o seguinte percurso metodológico:

- a) Levantamento e análise preliminar a partir de dados secundários, complementados por eventual reconhecimento preliminar de campo, visando a preparação do material que será subsídio tanto para a realização da primeira oficina comunitária como para a constituição do Espaço Físico e Digital do Plano Diretor. Este levantamento inclui a consulta aos seguintes materiais: (a) o acervo do PDDI e do Macrozoneamento, composto de diagnósticos temáticos transversais e banco de dados georreferenciado; (b) a legislação municipal; (c) outras fontes de dados secundários complementares (IBGE, IPEA, Fundação João Pinheiro etc.).

A materialização deste levantamento preliminar foi iniciada pela equipe interna através da formulação de uma apresentação que reúne informações a respeito dos onze municípios abrangidos pelo contrato. Nesse esforço inicial foram identificados, sobretudo, as principais potencialidades e conflitos em cada localidade apontados pelo PDDI e pelo Macrozoneamento bem como a interface dos municípios com as áreas demarcadas como ZIMs e AIMs. Complementarmente, nesse esforço inicial apontou-se a estrutura e conteúdo básico dos Planos Diretores bem como alguns dados comparativos sobre a realidade socioeconômica local.

A apresentação faz parte de um processo em curso de capacitação e imersão da equipe interna nas realidades que serão foco do trabalho, nos materiais já produzidos e orientadores da proposta de revisão e no objetivo pretendido de diálogo entre a esfera local e metropolitana. Uma reunião de trabalho voltada para a discussão sobre diferentes temas que permeiam um processo de revisão de Planos Diretores (regulamentação de instrumentos urbanísticos; função social da propriedade; etc.) tendo-se em vista o viés metropolitano específico da RMBH compôs também essa capacitação. Pretende-se assim um significativo alinhamento interno que possibilite a orientação consistente dos agentes locais para a realização dos trabalhos.

- b) Seleção, preparação e processamento de material decorrente das fontes secundárias e desenvolvimento de material e conteúdo para que seja disponibilizado para consulta e interação no Espaço Físico e Digital do Plano Diretor.

O Espaço Plano Diretor visa estimular a divulgação e a participação da sociedade no processo de revisão do Plano Diretor e constituirá um canal permanente de comunicação e de encaminhamento de sugestões e informações entre a equipe responsável pelos trabalhos técnicos e a sociedade em geral. É um espaço que também serve ao propósito de capacitação, divulgação e condensação das informações e propostas relacionadas ao processo. Os custos de implantação e operação do Espaço Físico do Plano Diretor deverão ser assumidos pelo Município,

cabendo à equipe da UFMG somente a elaboração do conteúdo, do formato e da metodologia de funcionamento dos mesmos. O Espaço Digital será desenvolvido e mantido pela equipe da UFMG durante os trabalhos de revisão dos Planos Diretores, configurando uma plataforma digital interativa capaz de proporcionar o acesso da população às informações geradas e será ambientado na plataforma digital da RMBH.

Ambos os espaços – físico e digital – serão construídos para cada município objeto do contrato. No entanto, com intuito a fomentar o trabalho integrado e a consciência territorial metropolitana será promovida e continuamente estimulada a troca de informações entre as diferentes localidades de modo a produzir estruturas que, apesar de individualizadas, tenham um caráter comum e compartilhado.

- c) A sistematização de dados e preparação de material analítico-informativo para a leitura comunitária que será realizada através de audiência local no formato de oficina participativa para identificação de problemas, potencialidades e conflitos na ótica dos munícipes e das organizações da sociedade civil, abordando a realidade municipal em um contexto passado e presente, visando à identificação dos problemas, potencialidades, desejos e expectativas para o futuro do município.
- d) Elaboração de leitura técnica contendo estudos e eventuais levantamentos complementares de campo.
- e) Elaboração de síntese preliminar da leitura técnica e comunitária com a preparação do material para a segunda audiência local no formato de oficina.
- f) Preparação e sistematização do material para a segunda oficina local participativa com a apresentação preliminar do diagnóstico-síntese e com definição coletiva de diretrizes para a proposta de estruturação territorial.

Orientará essa sistematização de informações a diretriz metodológica de construção de integração de temas a partir dos quatro Eixos Temáticos Integradores do PDDI e a partir do esforço de integrar as informações relativas à estrutura existente e a desejada. A partir dessa perspectiva, temas especializados como o mapeamento e análise do sistema viário

existente poderão ser relacionados aos parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, extrapolando o Eixo Mobilidade e incluindo questões relacionadas aos demais ETIs. Outro exemplo, a tensão entre a identificação das áreas adensáveis e as áreas de proteção é melhor equacionada quando se considera as diversas restrições à urbanização, decorrentes da estrutura de mobilidade, ameaça de riscos naturais, legislação existente, disponibilidade de infraestrutura, entre outros. De modo semelhante, a demarcação de áreas para habitação de interesse social, para novas centralidades ou para agricultura urbana, por exemplo, se articulam com a diversidade de usos e distribuição mais equitativa de equipamentos e instalações públicas que, por sua vez, estão relacionadas à geração de emprego e renda, logística de transporte e condições de acessibilidade e desenvolvimento sustentável

- g) Elaboração do relatório final do diagnóstico propositivo que inclui as diretrizes pactuadas da proposta de estruturação urbana e a avaliação final em relação às discrepâncias, convergências e necessárias ou possíveis adequações em relação às propostas do PDDI e do Macrozoneamento Metropolitano.

3.2 Metodologia de elaboração das Propostas Preliminares

O produto Elaboração das Propostas Preliminares para Revisão do Plano Diretor desenvolve as proposições do produto anterior e, através de realização de uma terceira audiência local participativa, sistematiza as propostas que serão consolidadas na minuta do projeto de lei do Plano Diretor. Para tal, a metodologia prevê:

- a) O desenvolvimento das propostas pela equipe técnica em formato preliminar.
- b) A preparação do material para as terceiras audiências locais participativas.

- c) A realização da Terceira Audiência Local Participativa, incluindo sistematização e apresentação do material.
- d) A sistematização, tendo-se em vista o objeto contratual de compatibilização das legislações locais com a Política Metropolitana, das propostas preliminares construídas e pactuadas em relação ao zoneamento, aos parâmetros de uso, ocupação e parcelamento, à adequação de perímetro e à espacialização de instrumentos de política urbana e rural, bem como da Trama Verde e Azul e de todos os incisos dispostos no artigo 42-B do Estatuto da Cidade. Pretende-se nesse ponto construir estratégias que possibilitem menos a mera definição de parâmetros locais e mais a interface destes com os objetivos e diretrizes de reestruturação territorial metropolitana. Em termos práticos, a partir desse tópico pretende-se buscar não apenas uma pretensa autoaplicabilidade dos Planos Diretores Municipais através, por exemplo, da construção de rebuscadas fórmulas para aplicação de instrumentos fiscais-urbanísticos, mas sim a identificação das políticas que de fato mostrem-se efetivas segundo a realidade de cada município e que, sobretudo, cooperem com o caráter metropolitano do trabalho. O Diagnóstico Propositivo Participativo, orientado pelas demandas da Leitura Comunitária, servirá de base para essa construção.

3.3 Metodologia de elaboração das Propostas Finais

O produto Propostas Finais para Revisão do Plano Diretor consolida a formulação e formatação da minuta do projeto de lei à ser encaminhada para o poder executivo municipal, para que se inicie o processo de tramitação para a aprovação da revisão do Plano Diretor Municipal.

PARTE 02 - RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta a descrição dos acontecimentos e os registros fotográficos referentes à Audiência Pública de Lançamento da Revisão do Plano Diretor do município de Juatuba. A Audiência ocorreu no dia 04/11/2016 (sexta-feira), de acordo com o Edital de Lançamento publicado e divulgado pela Prefeitura de Juatuba em 19/10/2016 (ver Anexo III). Assim, a divulgação atendeu o prazo mínimo de antecedência de 15 dias, conforme exigido pelo Termo de Referência TR-DR N° 002/2016 anexo ao Contrato N° 002/2016.

Tendo em vista as determinações do contrato firmado entre a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – IPEAD, este relatório possui a seguinte composição:

1. Descrição detalhada das etapas instituídas para o desenvolvimento da Audiência Pública;
2. Cópia do Edital de Convocação (Anexo I);
3. Cópia da ata lavrada e assinada da Audiência (Anexo II);
4. Cópia da Lista de Presença (Anexo III);
5. Cópia do Decreto de formalização do Grupo de Acompanhamento (Anexo IV);

Para a realização das Audiências Públicas foi estabelecida a seguinte programação básica:

1. Abertura: momento no qual ocorreu a apresentação da audiência e da pertinência da mesma no contexto do município, realizada pelo Poder Público local – Tempo Previsto de 20 minutos;
2. Contextualização local: apresentação por parte de um servidor público municipal das questões ligadas ao planejamento urbano local, sobretudo

- aquelas referentes à estrutura e efetividade do Plano Diretor – Tempo previsto de 20 minutos;
3. Contextualização Metropolitana e Apresentação do Plano de Revisão dos Planos Diretores: momento no qual se abordou **(i)** os aspectos conceituais que envolvem o trabalho em desenvolvimento, **(ii)** o cronograma proposto para a elaboração do Plano Diretor, explicitando-se as etapas nas quais ocorrerão a participação popular ampla; **(iii)** e a explicação das atribuições do Grupo de Acompanhamento. Esta etapa da audiência foi conduzida pela Equipe UFMG – Tempo previsto de 40 minutos;
 4. Debate com a sociedade: espaço para debates, participação da população por meio de questionamentos ou manifestações quaisquer sobre a revisão do Plano Diretor – Tempo previsto de 20 minutos;
 5. Eleição do Grupo de Acompanhamento: organizado conforme a realidade social e de representação presente em cada município – Tempo previsto de 20 minutos;
 6. Leitura e aprovação da Ata e Encerramento – Tempo previsto de 10 minutos.

Dessa forma, previu-se uma duração média de duas horas e meia para a realização da Audiência. Com isso buscou-se atender todos os pontos fundamentais para início formal do processo participativo ligado à revisão dos Planos Diretores bem como as demandas do contrato. O detalhamento dos tópicos acima listados é apresentado a seguir.

2 RELATO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JUATUBA

2.1 Abertura

No dia 04 de novembro de 2016, às 17h20min, na Câmara Municipal de Juatuba, Rua Mário Teixeira, Centro, Juatuba, foi aberta a Audiência Pública de Lançamento do Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo do Município

de Juatuba. Para a condução da presente Audiência Pública foram convidados, para compor a mesa:

- Valéria Aparecida dos Santos, prefeita de Juatuba;
- Alcides Osório da Silva, presidente da Câmara Municipal de Juatuba;
- Ana Paula Leite, Secretária de Obras, Infraestrutura e Meio Ambiente
- Prof. Roberto Luís de Melo Monte-Mór, Equipe UFMG.

Após a composição da mesa foi dada a palavra à Sra. Valéria Aparecida dos Santos, prefeita de Juatuba, que destacou a importância da Revisão do Plano Diretor e sua capacidade em organizar o planejamento da administração pública, possibilitando melhorar o acesso à habitação e o meio ambiente.

Figura 1 - Abertura da Audiência Pública de Juatuba e Composição da Mesa



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016

Em seguida a advogada da Procuradoria Geral do município de Juatuba, Cristiane Berenice Dias, convidou os participantes a se apresentarem.

Figura 2 - Fala da Prefeita Valéria Aparecida dos Santos



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016

2.2 Contextualização Local

Após a apresentação geral, a Sra. Cristiane Berenice Dias fez uma breve exposição sobre o significado do Plano Diretor e sua importância para a organização e planejamento da cidade, no intuito de construir, através da participação da sociedade, uma cidade sustentável com desenvolvimento social e econômico.

A advogada apontou a importância da participação popular e explicou a relação cooperativa entre os setores do governo, segmentos populares, setores empresariais e segmentos técnicos para a elaboração do Plano Diretor.

Em seguida, expôs um panorama geral a respeito do Plano Diretor do município de Juatuba, Lei Municipal Complementar nº 94 de 18 de dezembro de 2008. Informou que ocorreram diversas alterações neste Plano Diretor.

2.3 Apresentação do Processo de Revisão dos Planos Diretores Participativos Municipais

Na sequência o Prof. Roberto Luís de Melo Monte-Mór, coordenador da Equipe UFMG, contextualizou temporalmente a evolução do planejamento metropolitano e a importância deste chegar à escala do município.

Nessa contextualização foi destacado o objeto do Contrato, que consiste na prestação de serviços de Detalhamento das Zonas de Interesse Metropolitano, da Trama Verde e Azul e das Diretrizes do Macrozoneamento Metropolitano da RMBH em instância local e assessoramento à revisão dos Planos Diretores de 11 (onze) municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH. Ao apresentar as diretrizes gerais do projeto, o Prof. Roberto Luís de Melo Monte-Mór, apontou a relevância fundamental da participação popular e a oportunidade do processo de revisão do Plano Diretor como o fortalecimento da cidadania local e metropolitana.

Em seguida o palestrante apresentou os atores envolvidos na revisão do Plano Diretor, sendo a Agência RMBH e a UFMG a equipe de trabalho técnica ao lado dos atores da sociedade civil o grupo de acompanhamento e o espaço Plano Diretor (físico e virtual), no qual os cidadãos poderiam conhecer informações e levar informações, participando continuamente dos processos planejamento urbano municipal e metropolitano.

Após a breve exposição dos objetivos do Contrato, o palestrante apresentou as bases institucionais que orientarão o processo de revisão do Plano Diretor de Juatuba no contexto metropolitano. Inicialmente, destacou os fundamentos jurídicos essenciais que consistem no Estatuto da Cidade e no Estatuto da Metrópole e orientam a elaboração do planejamento urbano municipal e metropolitano no intuito de efetivar a função social da propriedade conforme a Constituição de 1988.

Figura 3 - Apresentação da Equipe da UFMG: Contextualização Metropolitana



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016

Após a apresentação dos marcos normativos (Estatuto da Cidade e Estatuto da Metrópole) o Prof. Roberto Monte-Mór explica o histórico de surgimento do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI, o novo instrumento responsável pela regulação do planejamento a nível metropolitano, que propõe a reestruturação territorial da RMBH através de uma série de políticas e programas. Explica também que o Macrozoneamento e o recente projeto de Revisão do Plano Diretor têm origem em programas do PDDI. A exposição destacou a importância de planejar e concretizar uma metrópole com uma diversidade de centralidades, uma nova estrutura metropolitana policêntrica e compacta com um sistema viário organizado em rede. Esta estrutura policêntrica orienta todo o processo de revisão dos Planos Diretores.

Após a explicação institucional e dos objetivos do planejamento metropolitano, o Prof. Roberto Luís de Melo Monte-Mór, explicou os principais instrumentos de política territorial que influenciam no processo de revisão do Plano Diretor. Assim, foram apresentados aos participantes da audiência pública

os significados dos seguintes instrumentos criados no PDDI e Macrozoneamento: ZIMs – Zonas de Interesse Metropolitano; AIMs – Áreas de Interesse Metropolitano; TVA – Trama Verde e Azul; LUMEs – Lugares de Urbanidade Metropolitana.

Por fim, no intuito de dar ciência aos munícipes presentes da elaboração e revisão do Plano Diretor de Juatuba, apresentou-se o cronograma do processo, salientando os momentos principais de participação popular por meio das oficinas e o grupo de acompanhamento a ser escolhido nesta audiência.

Figura 4 - Presentes na Audiência Pública de Lançamento do Plano Diretor Municipal



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016

Após a exposição do cronograma, o Prof. Roberto Luís de Melo Monte-Mór apresentou as atribuições do Grupo de Acompanhamento do Processo de Revisão do Município de Juatuba a ser formado nesta Audiência Pública. O Grupo de Acompanhamento Municipal, composto por representantes do poder público, bem como por representantes da sociedade civil municipal, deverão não somente

acompanhar os trabalhos feitos pela Agência RMBH e pela equipe da UFMG, como também contribuir diretamente no desenvolvimento do diagnóstico e na formulação das propostas de revisão do presente Plano Diretor.

2.4 Contribuições dos presentes à reunião

Foi então aberta a fala aos presentes à reunião, que se deu na ordem apresentada a seguir.

A primeira participação se deu pelos questionamentos formulados pelo Sr. Romero, morador de Juatuba, que perguntou como se daria o funcionamento do Grupo de Acompanhamento, como seria a composição, a disponibilidade e prazo de vigência. Suas dúvidas foram esclarecidas pelo Prof. Roberto Luís de Melo Monte-Mór, que explicou a paridade do Grupo de Acompanhamento, assim como a disponibilidade para a participação para as consultas, reuniões e frequência no Curso de Capacitação.

A segunda participação ocorreu por meio da pergunta formulada pela Sra. Alessandra, moradora de Florestal, que questionou se haviam muitas alterações desde o PDDI e Macrozoneamento. Também foi respondida pelo Prof. Roberto Monte-Mór, que explicou brevemente a evolução da discussão do PDDI a partir do Macrozoneamento e a influência da revisão dos Planos Diretores sobre o processo metropolitano. Desse modo, salientou que a Revisão dos Planos Diretores possibilitará os ajustes e adaptações necessárias ao Macrozoneamento, reforçando a gestão do solo metropolitano entre os municípios e do estado.

A terceira participante, Sra. Maria de Fátima, cidadã de Juatuba, questionou como se dará a relação entre Macrozoneamento e a revisão do Plano Diretor de Juatuba. O Prof. Roberto Luís de Melo Monte-Mór, respondeu a cidadã explicando que o olhar partindo dos municípios permitirá reconhecer as políticas e programas do PDDI que poderão ser incorporadas pelo Plano Diretor.

Figura 5 - Abertura da fala aos presentes



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016

A Sra. Rosangela, EMATER, perguntou se vai haver mapeamento de uso e ocupação do solo no município de Juatuba ou será utilizado apenas o Macrozoneamento. Foi respondido que haverá mapeamento detalhado de uso e ocupação do solo na escala do município, em decorrência de ser um processo de revisão do Plano Diretor. Todavia, foi explicado que deverá ocorrer uma convergência entre os municípios naquilo que forem parecidos.

A Sra. Solange, engenheira da prefeitura, questionou a possibilidade de conflito entre as legislações municipais e o planejamento metropolitano, tendo em vistas as últimas alterações no perímetro urbano e outras legislações municipais. A Equipe da UFMG informou que no processo de revisão do Plano Diretor a legislação será discutida de modo a ocasionar o máximo de compatibilidade possível.

Por fim, o Sr. Otto, solicitou mais tempo para a consulta à população e formação do grupo de acompanhamento. Em resposta a Equipe UFMG e a Prefeitura explicaram a formalidade do Grupo de Acompanhamento e os

fundamentos procedimentais legais, deixando claro, que este é apenas o estabelecimento de um grupo formal, mas que não encerra as formas de participação e comunicação durante o processo de revisão do Plano Diretor.

Figura 6 - Abertura da fala aos presentes



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016

2.5 Eleição do Grupo de Acompanhamento

Após a última contribuição dos cidadãos presentes à reunião foi encaminhada a eleição do Grupo de Acompanhamento. Tendo em vista a configuração socioespacial do município foi definido, de forma democrática e participativa, que o Grupo de Acompanhamento do Município de Juatuba será composto por 06 membros e seus respectivos suplentes, organizado da seguinte forma:

- 02 membros do Poder Executivo Municipal;
- 01 membro do Poder Legislativo Municipal;
- 03 membros da sociedade civil;

Tendo como base a definição organizacional do Grupo de Acompanhamento foi feita a eleição dos membros, a seguir apresentados:

- Membro do Poder Executivo 01: Sérgio Oliveira de Araújo, Secretaria de Infraestrutura Urbana (Titular); Solange Aparecida da Silva, Secretaria de Obras (Suplente)
- Membro do Poder Executivo 02: Rodrigo Silveira Dias, Secretaria de Meio Ambiente (Titular); Rosangela de Castro Valle, EMATER (Suplente)
- Membro do Poder Legislativo 01: Jurandir Barroso Santos, Vereador (Titular); Kelissander Saliba Santos, Vereador eleito (Suplente);
- Membro da Sociedade Civil 01: Rodrigo Miranda de Luna, ASPROVIMAR (Titular); Júlio Vicente da Silva (Suplente);
- Membro da Sociedade Civil 02: Abdo Moreira Saliba, CDL (Titular); Hernane Diniz Guimarães, setor empresarial (Suplente);
- Membro da Sociedade Civil 03: Maria de Fátima Guimarães Saraiva, Centro Social Rural da Comunidade Boa Vista (Titular); Otto Faleiro Barroso, Centro Social Rural da Comunidade Boa Vista (Suplente).

Figura 7 - Votação do Grupo de Acompanhamento



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016

2.6 Encerramento

Após a conclusão de todos os pontos de pauta, o Coordenador da mesa solicitou que a ata fosse lida e encerrou oficialmente os trabalhos.

Figura 8 - Leitura da Ata e Encerramento da Audiência Pública



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016

PARTE 03 - RELATÓRIO DESCRITIVO E FOTOGRÁFICO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

1 METODOLOGIA DA MOBILIZAÇÃO

O processo de mobilização dos projetos de revisão dos planos diretores tem como um de seus objetivos sensibilizar o indivíduo frente a sua responsabilidade social na cidade e na metrópole, além de integrar esforços no sentido de criar os canais necessários para garantir na discussão da revisão dos planos diretores a representatividade de todos os segmentos sociais tais como: as comunidades locais, os movimentos sociais, a iniciativa privada e os poderes públicos nas esferas federal, estadual e municipal, no âmbito do legislativo, do executivo e do judiciário.

As experiências inovadoras têm incorporado cada vez mais a participação popular em diferentes graus e formatos e, especialmente neste contexto envolvendo a dimensão municipal e metropolitana, esta participação é sempre um desafio. Apesar de o cidadão ter sua raiz no município onde habita, deve também perceber-se como sujeito que atua, consciente e responsavelmente, não apenas na sua cidade, mas também em todas as outras que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.

Pode-se afirmar que a audiência pública de lançamento da revisão do plano diretor realizada no dia 4 de novembro no município de Juatuba foi importante no sentido de intensificar a discussão e envolvimento da sociedade local nas questões do planejamento urbano, em especial, no que se refere à discussão do plano diretor municipal e sua relação com o plano metropolitano.

A metodologia da mobilização social no contexto do projeto de revisão dos planos diretores pressupõe o desenvolvimento de uma ação participativa a partir de quatro dimensões: comunicação, educação, organização e cultura. Cada um desses componentes contribui com ênfases distintas em cada fase do processo de construção coletiva de conhecimento. Para garantir a continuidade desse envolvimento será importante construir um espaço permanente de

consultas, debates, informação, mobilização e participação dos múltiplos agentes públicos, privados e sociedade civil. Não menos importante, a dimensão da educação deverá ser considerada para assegurar a formação permanente de sujeitos coletivos, que possam atuar e contribuir efetivamente na definição das prioridades para os municípios. Nesta perspectiva, a implantação dos LUMEs – Lugares de Urbanidade Metropolitana – são mencionados como prioridade na definição das metas do projeto e na agenda da mobilização social.

Para atingir os objetivos do eixo da Comunicação é fundamental um fluxo de informações contínuo, utilizando-se de instrumentos permanentes de comunicação que alcancem todos os segmentos da população. Neste sentido, nesta primeira etapa da realização da audiência dentre os instrumentos de mobilização utilizados destacam-se os contatos telefônicos. Para Juatuba foram realizados cerca de 10 contatos reforçando os convites e mensagens enviadas por correio eletrônico e redes sociais.

Estes contatos telefônicos foram realizados primeiramente para a secretaria de obras. De forma complementar e reforçando a mobilização do município a equipe de mobilização contatou as entidades e/ou instituições da sociedade civil relacionadas no banco de dados do projeto do PDDI e macrozoneamento, em especial, lideranças atuantes na causa metropolitana no referido município. Convite especial foi enviado para o representante local da Emater justificado pelo amplo conhecimento que possuem das comunidades rurais. A reunião realizada pela Agência Metropolitana na Cidade Administrativa foi um fator importante para reforçar o envolvimento do município na preparação da audiência.

Considerando a relevância da participação dos vereadores também foram realizados contatos telefônicos para alguns vereadores do atual e do próximo mandato.

Complementando os telefonemas foram enviados os seguintes comunicados e/ou convites:

- a) Minuta Proposta e Convites Finais enviados pelo município para autoridades/entidades (Anexo V)
- b) Minuta do Edital de Convocação para Audiência Pública (Anexo VI)
- c) Convite para reforçar mobilização – Modelo e E-mail enviado ao município (Anexo VII)
- d) Orientações para realização da Audiência Pública (Anexo VIII)
- e) Formato Audiência (Anexo IX)
- f) Minuta da Ata da Audiência de lançamento do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (Anexo X)
- g) Atribuições do Grupo de Acompanhamento (Anexo XI)
- h) Minuta do Decreto Lei de legitimação do Grupo de Acompanhamento (Anexo XII)

2 AVALIAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO NO MUNICÍPIO

Pode-se afirmar que em Juatuba os objetivos prescritos pela equipe técnica e de mobilização da UFMG foram atingidos com destaque para: (a) esclarecimentos gerais sobre a contextualização do projeto e do plano diretor municipal; (b) informes sobre processo participativo da revisão dos Planos Diretores; (c) organização e logística adequadas para viabilizar a audiência; (d) divulgação e mobilização da sociedade local conforme prescrição do Estatuto da Cidade e da Metrópole ratificadas nas exigências contratuais do Termo de Cooperação assinados pela Agência Metropolitana/UFMG/Ministério Público/Município; (e) participação dos diferentes segmentos da sociedade local e representantes do poder público executivo e legislativo municipais; (f) elaboração da ata da audiência sob a responsabilidade do município; (g) formação do grupo de acompanhamento.

A mobilização em Juatuba foi bastante significativa pois a atual prefeita foi reeleita e esse elemento de continuidade ajudou no processo mobilizatório. Constatou-se nas ligações telefônicas pela equipe de mobilização a prontidão e o

extremo empenho dos técnicos da prefeitura em zelar para que ocorresse um evento de qualidade. Foi feita boa divulgação na cidade com convites, cartazes e contatos refletindo na participação da audiência que contou com cerca de 80 pessoas com boa representatividade do legislativo com alguns vereadores, da prefeitura com técnicos e da sociedade organizada com associações de moradores e outros moradores. Juatuba é um município promissor em termos participativos na revisão do Plano Diretor por esses antecedentes.

Figura 9 - Material de divulgação no município



Fonte: Prefeitura Municipal de Juatuba, 2016

Figura 10 - Material de divulgação no município

The image is a screenshot of the official website of the Municipality of Juatuba. At the top, the date "Juatuba, 18 de novembro de 2016" is displayed. The header features the municipality's logo, which includes a stylized sun and the text "PREFEITURA DE JUATUBA FAZ BEM VIVER AQUI". Below the logo is a search bar labeled "BUSCA". To the left, a "Serviços" (Services) menu lists various online services: Tributos Online, NF Eletrônica, Portal Transparência, DES - IF / EFS - IF, DOM, Licitações, Editais Concursos, Leis e Decretos, and Webmail. The main content area is titled "Audiência Pública" and includes social media sharing icons. A central photograph shows a public hearing in progress, with several people seated in a room with large windows. To the right of the photo is a list of recent news items: "Audiência Pública", "Asfaltamentos inaugurados", "Inauguração da UBS Satélite", "Construção de Escola Leiva", and "Praça do Sábete". Below the photo, a text block provides details about the public hearing, stating that the Municipality is making the edital (notice) public for the launch of the Participatory Planning Director's Plan Revision on November 4, 2016, from 17:00 to 19:30 hours, at the Municipal Chamber. It also provides contact information for further details.

Juatuba, 18 de novembro de 2016

PREFEITURA DE JUATUBA
FAZ BEM VIVER AQUI

BUSCA

Serviços

- Tributos Online
- NF Eletrônica
- Portal Transparência
- DES - IF / EFS - IF
- DOM
- Licitações
- Editais Concursos
- Leis e Decretos
- Webmail

Audiência Pública

Audiência Pública

Asfaltamentos inaugurados

Inauguração da UBS Satélite

Construção de Escola Leiva

Praça do Sábete

A Prefeitura Municipal de Juatuba, torna público o Edital de convocação para a Audiência Pública de Lançamento da Revisão do Plano Diretor Participativo de Juatuba a realizar-se no dia 04/11/2016 (sexta-feira) de 17:00 As 19:30 horas na Câmara Municipal de Juatuba localizada na Rua Mário Teixeira - Centro Juatuba/MG.
Maiores informações pelo telefone (031) 3535-8169 - Sérgio de Oliveira

Fonte: Prefeitura Municipal de Juatuba, 2016

ANEXO I - CÓPIA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

	
Diário Oficial do Município	
Prefeitura Municipal de Juatuba	
Instituído pela lei nº: 670 de 13 de março de 2009	
Ano: VIII, Extra nº: 795	
Juatuba- MG, Quinta-feira 20 de Outubro de 2016	
I	
Atos do Poder Executivo	
Secretaria de Obras	
A Prefeitura Municipal de Juatuba, torna público o Edital de convocação para a Audiência Pública de Lançamento da Revisão do Plano Diretor Participativo de Juatuba a realizar-se no dia 04/11/2016 (sexta-feira) de 17:00 As 19:30 horas na Câmara Municipal de Juatuba localizada na Rua Mário Teixeira - Centro Juatuba/MG. Maiores informações pelo telefone (031) 3535-8169 - Sérgio de Oliveira Araujo at, Secretaria de Infraestrutura Urbana	
JUAPREV	
JUAPREV *Extrato do PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº.002/2015, JULIANA ALVES DIAS FERNANDES, CPF Nº 698.024.246-68. A presente Contratação decorre da Dispensa de Licitação Nº. 003/2015, Processo Administrativo de Compras Nº.006/2015, efetuada com base no Parecer Nº 531/PGM/2015, nos termos do Inciso X, art.24, da Lei nº. 8.666 de 21/06/93 e legislação em vigor. Objeto: alterar as cláusulas Terceira, quarta e décima-segunda do Contrato 002/2015 firmado em 01 de outubro de 2015, com base no Parecer nº 444/PMG/2016 nos termos dos art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93; art. 2º da Lei Federal nº 10.192/2001 e art. 66 da Lei nº. 8.666/93. Data da Assinatura: 30 de setembro de 2016.	
Este documento se encontra no endereço eletrônico: http://www.juatuba.mg.gov.br/	
Publicado por: Prefeitura Municipal de Juatuba - MG Praça dos três Poderes, S/n - Centro CEP: 35675-000, Fone: (31) 3535-8241, Tiragem: 150 Exemplares mensal com possíveis edições extras.	
Prefeita Municipal: Valeria Aparecida dos Santos	

ANEXO II - CÓPIA DA ATA LAVRADA E ASSINADA DA AUDIÊNCIA



PREFEITURA MUNICIPAL
DE JUATUBA/MG

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Às 17 horas e 20 minutos no dia **04 do mês Novembro do ano de 2016**, tendo por local a Câmara Municipal de Juatuba/MG, situado na Rua Mário Teixeira - Centro, Juatuba - MG, 35675-000, foi realizada audiência pública convocada pela Prefeita Municipal e pelo Presidente da Câmara Municipal de Juatuba/MG, no Estado Minas Gerais, com a finalidade de dar início ao Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal.

Para a condução da presente Audiência Pública foram convidados, para compor a mesa:

- o Valéria Aparecida dos Santos, Prefeita do Município de Juatuba;
- o Alcides Osório da Silva, Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Juatuba;
- o Ana Paula Leite, Secretária Municipal de Infraestrutura Urbana;
- o Roberto Luis Monte-Mor, Coordenador do Projeto, da UFMG.

Após a composição da mesa, foi dada a palavra à Prefeita Municipal de Juatuba, Valéria Aparecida dos Santos, que cumprimentou as autoridades presentes, os membros da mesa, a equipe UFMG e todos os presentes. Destacou que a revisão contribuirá para sanar questões relacionadas à habitação popular e meio ambiente. Aprimorará, ainda, a prestação de serviços aos cidadãos, atendendo, de maneira satisfatória, suas necessidades. Salientou que o plano está desatualizado, e sua revisão, que se inicia com a audiência de hoje, é de suma importância para Juatuba e contribuirá para a solução de questões que surgiram durante os anos de vigência do atual Plano Diretor.

Em seguida foi apresentada a pauta da reunião, composta pelos seguintes tópicos principais:

- o Contextualização Local;
- o Apresentação do Processo de Revisão dos Planos Diretores Participativos Municipais;
- o Contribuições dos presentes à reunião;
- o Eleição dos Grupos de Acompanhamento;
- o Encerramento.

Após apresentação da pauta a Sra. Cristiane Berenice Dias, advogada, da Procuradoria Geral do Município de Juatuba, pediu para que os cidadãos e representantes da sociedade civil organizada presentes se apresentassem. Teceu observações, de forma sucinta, acerca da definição de Plano Diretor, tratando sobre sua conceituação e importância. Posteriormente, fez um panorama da legislação urbanística vigente no município, instituído pela Lei Complementar n. 94/2008. Na sequência, a equipe UFMG, representada pelo Sr. Roberto Luis Monte-Mor, Coordenador do Projeto, contextualizou o Contrato N° 002/2016, firmado no mês de setembro do corrente ano entre a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - AGÊNCIA RMBH, e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas,

PREFEITURA MUNICIPAL
DE JUATUBA/MG

Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – IPEAD / UFMG, com previsão de execução em 15 meses. Teceu considerações sobre a proposta de estruturação do macrozoneamento metropolitano. Conduziu a exposição sobre o processo de revisão do Plano Diretor Municipal no contexto do planejamento metropolitano, bem como destacou as etapas e os produtos decorrentes do contrato em tela, cujo objeto é a Revisão do Plano Diretor Municipal. Detalhou a função dos membros do Grupo de Acompanhamento durante o processo participativo. Todos os produtos serão encaminhados ao Executivo Municipal, culminando com a versão revisada do Plano Diretor, contendo, inclusive, as propostas de projetos de leis complementares. Foi então aberta a fala aos presentes na audiência: O Sr. Romero, morador da cidade, questionou ao Sr. Roberto Monte-Mor quais os critérios para escolha dos membros do grupo de acompanhamento e o questionamento foi respondido no sentido de que é necessário que haja representantes do Executivo, Legislativo e Sociedade Civil e o próprio grupo define a dinâmica de participação. A Sra. Alessandra de Florestal, tomou a palavra e perguntou se as mudanças presentes no macrozoneamento se adequarão às necessidades do município e foi respondida positivamente. A Sra. Maria de Fátima, de Boa Vista, lembrou que participou das reuniões do macrozoneamento e complementou que todo o trabalho feito na oportunidade virá para o Plano Diretor. A Sra. Rosângela da EMATER questionou se será necessário fazer mapeamento do uso e ocupação do solo e foi respondida negativamente, Sra. Rosângela acrescentou que Juatuba herdou problemas de outros municípios e é importante verificar as peculiaridades na revisão do Plano. A Sra. Solange, engenheira, lembrou que foram aprovadas alterações no perímetro urbano, e outros zoneamentos, e questionou se essas alterações são válidas após a revisão e foi respondida que tudo será discutido no âmbito da revisão do plano diretor. O Sr. Otto manifestou preocupação na elaboração do plano e pediu abertura de prazo para que os interessados se façam representar por meio de alguma sociedade civil organizada e foi explicado que o Edital foi publicado no Diário Oficial do Município, bem como foi afixado convites em diversos locais. Foi encaminhada a eleição do Grupo de Acompanhamento. Definiu-se que o Grupo de Acompanhamento do Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Juatuba será composto por 6 **membros**, com respectivos suplentes organizado da seguinte forma:

- o 02 membros do Poder Executivo Municipal;
- o 01 membro do Poder Legislativo Municipal;
- o 03 membros da sociedade civil;

Tendo como base a definição organizacional do Grupo de Acompanhamento foi realizada a eleição dos membros, a seguir apresentados:

- o Sérgio Oliveira de Araújo, representante do Executivo Municipal
- o Solange Aparecida da Silva SUPLENTE
- o Rodrigo Silveira Dias – representante do executivo Municipal
- o Rosângela de Castro Valle – SUPLENTE
- o Jurandir Barroso Santos, representante do Legislativo Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA/MG

- o Kelissander Saliba Santos – Suplente do representante do Legislativo Municipal
- o Rodrigo Miranda de Luna - ASPROMOVIMAR – TITULAR
- o Julio Vicente da Silva - SUPLENTE
- o Abdo Moreira Saliba – CDL - TITULAR
- o Hernane Diniz Guimarães – Representando Empresários SUPLENTE
- o Maria de Fátima Guimarães Saraiva - Centro Social Rural da Comunidade de Boa Vista - TITULAR
- o Otto Faleiro Barroso – Centro Social Rural da Comunidade de Boa Vista - SUPLENTE

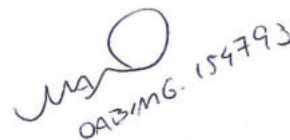
Os membros do grupo de acompanhamento eleitos terão sua representação ratificada por decreto municipal a ser editado pela prefeitura. Cumprido o último ponto da pauta proposta encaminhou-se para o encerramento da audiência pública, sendo que esta contou com a presença de 76 cidadãos, conforme a lista de presença anexa. Na oportunidade, após debate com a comunidade e a população em geral, foi oficializada a abertura da revisão do Plano Diretor do Município de Juatuba. Os trabalhos foram finalizados às 19 horas e 28 minutos daquela data. Para constar, eu, Marina Augusto de Moraes, matrícula 002727, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo Prefeito do Município.

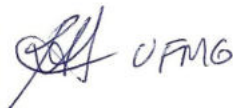

Alcides Osório da Silva
Presidente da Câmara Municipal de
Juatuba/MG


Valéria Aparecida dos Santos
Prefeita Municipal de Juatuba/MG

 - EMATER-MG

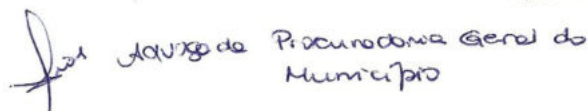
 Procurador

 OAB/MG. 154793

 UFMG

 Ser. Infraestrutura
Uebana

 Otto

 Procuradora Geral do
Município

ANEXO III - CÓPIA DA LISTA DE PRESENÇA

Lista de Presença da Audiência Pública

04/11/2016

1. Jara Carla Arcanjo - MG-5995 724
2. Adilson Z dos Reis - MG-11951753
3. Vagner Gonçalves de Aguiar - MG-10 168 484
4. Alfo Roberto Salda - MG-1515110
5. MG-14412 07
6. José Luiz Ankerwelly - MG-12-317-214
7. Maria das Graças Gonçalves Aragão
8. Rodolfo Casco Tavares - UFMG - 7832831
9. Daniel Freitas - UFMG - 5497329
10. Luis Gerson de Oliveira - UFMG - 12945657
11. Roberto Luis Monte - MG - UFMG - MG 578577
12. Bruno Fernandes Magalhães Pinheiro de Lima - UFMG - MG-19463
13. Luciano Fátima da Silva - Prefeitura - MG-19463
14. Sérgio Oliveira de Araújo - Prefeitura - MG-971057
15. Angélica M. B. Pessoa - APAE - MG-524 384
16. Rodrigo Miranda de Sousa - ASPROMOVIMAR
17. Marice de Látima Guimarães Sáenz - Centro Social de Belo Horizonte - MG-590657
18. Graci Jorgina das Graças - APAE - MG-51523
19. Francisco Antonio de Sá -
20. Luiz Fabiano Ferreira - MG-6 744 886
21. Kátia Cecília da Silva - MG-1.523.402
22. Silvana Aparecida da Silva - MG-3613 035
23. Colunicação da Silva - Sindicato.
24. F. de S. -
25. Maria Tânia da Silva
26. Alcides Araújo da R. - MG-72862
27. Lucélia P. Cordalho

28.	Orlete Alves Lopes da Silva	
29.	Marcio Baptista Santos	MG 13368050
30.	Julio Cesar Daga	
31.	Rafaela Funcionária Publica	M3593593
32.	Julio Baptista	MG 14.399.999
33.	João Baptista	672201916
34.	LEZ KERRIE Câmara Ass. Q. R. Carlos	
35.	Caro Junior	MG 11186357
36.	Wagner Wagner Santa	13
37.	Julio	SIS 11679005684
38.	Valeria Baptista	
39.	Valeria Mungo	MG 5190555
40.	Andre Del Raka	MG 11522168
41.	SPV/B	
42.	Morone Dória	11-7925006
43.	Carlos Antonio dos Santos	MG 7205271
44.	Valeriane Pereira de Menezes	A.E.R. Olympic
45.	Marcelo Otávio Vargato	A.E.R.O. M3868110
46.	João Vitor Lima	MG 399535
47.	Paulo Roberto dos Santos	MG 3727401
48.	Paulo Roberto	MG 0243646
49.	Paulo Roberto	MG 0171645016
50.	Angela das Graças Botelho	MG 3715884
51.	André de Jesus Gomes	MG 2.209.610
52.	Ulmar Finkens Marques	M3199348
53.	Leandro de S. Sora	MG 6476422
54.	Carlos Lima Oliveira	MG 17.639.993
55.	João Carlos Junior Lima do Carmo	
56.	Jaime Dória Filho	MG 6.66.2576
57.	Manoel A. P. do Nery	MG 636.2895
58.	Hubert Fernando M. Pereira	MG 5.849.879

59	Rosângela de Castro Valle - EMATER-MG	
60	Antonio Marlon Glau - APAE - M-730 820	
61	Heraldo Andrade da Silva - Sec. MUN	MG 11491032
62	José Alves Figueira	m-348 012
63	Rodrigo S. Dias	m 10.615 002
64	Regina Helena de Carmo	MG 3.326 296
65	Regina Helena de Carmo	
66	Regina Helena de Carmo	
67	Gláucia Alves Mendes	MG 47963
68	Grácia Andréa dos Anjos	
69	Gláucia Mendes	
70	Luana Rafaela Chagas dos Santos	MG 14 302 646
71	Ana Paula Leite	mg 13 327 367
72	Carla Maria Berenice Dias	MG 12 653 113
73	Mário Augusto de Jesus	MG 15 114
74	Cláudio Antônio Lima	
75	Leonardo César Teixeira	
76	Renato A. Oliveira	
77	Francisco Santos	
78	Marcelo Silva	MG 14 291 561
79	Marcelo Silva	MG 084 849
80		
81		
82		
83		
84		
85		
86		
87		
88		
89		

ANEXO IV - CÓPIA DO DECRETO DE FORMALIZAÇÃO DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

 Diário Oficial do Município Prefeitura Municipal de Juatuba Instituído pela lei nº: 670 de 13 de março de 2009 Ano: VIII, Extra nº: 801 Juatuba- MG, Sexta-feira 11 de Novembro de 2016 1	
Atos do Poder Executivo	
Procuradoria	
DECRETO Nº. 2.102 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2016.	3 (três), deverá ser reduzida a participação do Poder Público (Membro do Poder Executivo e/ou Membro do Poder Legislativo).
“Regulamenta e constitui o Grupo de Acompanhamento de Revisão do Plano Diretor do Município de Juatuba.”	ART. 2º - A composição dos membros representantes da sociedade civil, titulares ou suplentes, apenas poderá ser alterada por meio de Audiência Pública convocada nos termos do artigo 109 da Lei Complementar nº94, de 18 de dezembro de 2008, e Resolução Recomendada nº25 de 18 de março de 2005, do Ministério das Cidades em atendimento aos princípios da publicidade e participação popular.
A Prefeita Municipal de Juatuba, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 45, III da Lei Orgânica do Município, de 10 de dezembro de 2008, no intuito de dar início ao processo de revisão do Plano Diretor, conforme o § 3º do artigo 40 da Lei Federal nº10.257, de 10 de julho de 2001, por meio do processo de participação popular, nos termos dispostos no inciso II do artigo 102 e artigos 106 e 109 da Lei Complementar do Município de Juatuba, nº94, de 18 de dezembro de 2008, e em consonância com o § 4º do artigo 40 e artigo 43, da Lei Federal nº10.257, de 10 de julho de 2001, e em referência à Audiência Pública ocorrida em 04 de novembro de 2016, convocada pelo Edital de Convocação publicado em 20 de outubro de 2016;	ART. 3º - A composição de titulares e suplentes do Grupo de Acompanhamento eleita em Audiência Pública realizada em 04 de novembro de 2016: I – Sérgio Oliveira de Araújo (Titular) –representante do Poder Executivo; Solange Aparecida da Silva (Suplente) - representante do Poder Executivo; II – Rodrigo Silveira Dias (Titular) - representante do Poder Executivo; Rosângela de Castro Valle (Suplente) - representante do Poder Executivo; III – Jurandir Barroso Santos (Titular) - representante do Poder Legislativo; Kelissander Saliba Santos (Suplente) - representante do Poder Legislativo; IV – Rodrigo Miranda de Luna (Titular) - representante da Sociedade Civil; Júlio Vicente da Silva (Suplente) - representante da Sociedade Civil; V- Abdo Moreira Saliba (Titular) - representante da Sociedade Civil; Hernane Diniz Guimarães (Suplente) - representante da Sociedade Civil; VI – Maria de Fátima Guimarães Saraiva (Titular) - representante da Sociedade Civil; Otto Faleiro Barroso (Suplente) - representante da Sociedade Civil;
DECRETA:	ART. 4º - São atribuições do Grupo de Acompanhamento: I – Participar da capacitação específica sobre temas relacionados à revisão do Plano Diretor, a ser promovida pela equipe técnica da Universidade; II – Participar das audiências públicas, oficinas e demais reuniões relacionadas ao processo de revisão do Plano Diretor;
ART. 1º - O Grupo de Acompanhamento para revisão do Plano Diretor de Juatuba, Lei Complementar nº94, de 18 de dezembro, é composto por 6 (seis) membros titulares e seus respectivos suplentes na seguinte organização: I – 2 (dois) Membros do Poder Executivo; II – 1 (um) Membro do Poder Legislativo; III – 3 (três) Membros da Sociedade Civil.	
Parágrafo Único. A composição do Grupo de Acompanhamento deverá sempre ser no mínimo paritária. Caso o número membros representantes da sociedade civil, por motivos supervenientes, se torne menor que	

III – Promover a divulgação e disseminação das informações produzidas ao longo dos trabalhos desenvolvidos;

IV – Discutir com os setores que representam sobre toda e qualquer informação de interesse público relativa ao processo de revisão do Plano Diretor;

V – Auxiliar na estruturação e funcionamento do Espaço Plano Diretor – físico e virtual;

VI – Fornecer, caso existentes, dados e informações produzidas pelas diferentes instâncias do poder público e da sociedade civil organizada que possam subsidiar os trabalhos de revisão do Plano;

VII – Auxiliar, em parceria com o poder público estadual, na leitura, análise e sugestões dos produtos entregues referentes às diferentes etapas do trabalho desenvolvido pela equipe técnica.

ART. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Juá, aos 07 dias do mês de novembro de 2016; 24º. Ano de Emancipação.

Valéria Aparecida dos Santos
Prefeita Municipal

DECRETO Nº. 2.102 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2016.

“Regulamenta e constitui o Grupo de Acompanhamento de Revisão do Plano Diretor do Município de Juatuba.”

A Prefeita Municipal de Juatuba, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 45, III da Lei Orgânica do Município, de 10 de dezembro de 2008, no intuito de dar início ao processo de revisão do Plano Diretor, conforme o § 3º do artigo 40 da Lei Federal nº10.257, de 10 de julho de 2001, por meio do processo de participação popular, nos termos dispostos no inciso II do artigo 102 e artigos 106 e 109 da Lei Complementar do Município de Juatuba, nº94, de 18 de dezembro de 2008, e

em consonância com o § 4º do artigo 40 e artigo 43, da Lei Federal nº10.257, de 10 de julho de 2001, e em referência à Audiência Pública ocorrida em 04 de novembro de 2016, convocada pelo Edital de Convocação publicado em 20 de outubro de 2016;

DECRETA:

ART. 1º - O Grupo de Acompanhamento para revisão do Plano Diretor de Juatuba, Lei Complementar nº94, de 18 de dezembro, é composto por 6 (seis) membros titulares e seus respectivos suplentes na seguinte organização:

I – 2 (dois) Membros do Poder Executivo;

II – 1 (um) Membro do Poder Legislativo;

III – 3 (três) Membros da Sociedade Civil.

Parágrafo Único. A composição do Grupo de Acompanhamento deverá sempre ser no mínimo paritária. Caso o número membros representantes da sociedade civil, por motivos supervenientes, se torne menor que 3 (três), deverá ser reduzida a participação do Poder Público (Membro do Poder Executivo e/ou Membro do Poder Legislativo).

ART. 2º - A composição dos membros representantes da sociedade civil, titulares ou suplentes, apenas poderá ser alterada por meio de Audiência Pública convocada nos termos do artigo 109 da Lei Complementar nº94, de 18 de dezembro de 2008, e Resolução Recomendada nº25 de 18 de março de 2005, do Ministério das Cidades em atendimento aos princípios da publicidade e participação popular.

ART. 3º - A composição de titulares e suplentes do Grupo de Acompanhamento eleita em Audiência Pública realizada em 04 de novembro de 2016:

I – Sérgio Oliveira de Araújo (Titular) –representante do Poder Executivo; Solange Aparecida da Silva (Suplente) - representante do Poder Executivo;

II – Rodrigo Silveira Dias (Titular) - representante do Poder Executivo; Rosângela de Castro Valle (Suplente) - representante do Poder Executivo;

III – Jurandir Barroso Santos (Titular) - representante do Poder Legislativo; Kelissander Saliba Santos (Suplente) - representante do Poder Legislativo;

IV – Rodrigo Miranda de Luna (Titular) - representante da Sociedade Civil; Júlio Vicente da Silva (Suplente) - representante da Sociedade Civil;

V- Abdo Moreira Saliba (Titular) - representante da Sociedade Civil; Hernane Diniz Guimarães (Suplen-

te) - representante da Sociedade Civil;
VI - Maria de Fátima Guimarães Saraiva (Titular) - representante da Sociedade Civil; Otto Faleiro Barroso (Suplente) - representante da Sociedade Civil;

ART. 4º - São atribuições do Grupo de Acompanhamento:

I - Participar da capacitação específica sobre temas relacionados à revisão do Plano Diretor, a ser promovida pela equipe técnica da Universidade;

II - Participar das audiências públicas, oficinas e demais reuniões relacionadas ao processo de revisão do Plano Diretor;

III - Promover a divulgação e disseminação das informações produzidas ao longo dos trabalhos desenvolvidos;

IV - Discutir com os setores que representam sobre toda e qualquer informação de interesse público relativa ao processo de revisão do Plano Diretor;

V - Auxiliar na estruturação e funcionamento do Espaço Plano Diretor - físico e virtual;

VI - Fornecer, caso existentes, dados e informações produzidas pelas diferentes instâncias do poder público e da sociedade civil organizada que possam subsidiar os trabalhos de revisão do Plano;

VII - Auxiliar, em parceria com o poder público estadual, na leitura, análise e sugestões dos produtos entregues referentes às diferentes etapas do trabalho desenvolvido pela equipe técnica.

ART. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Juá, aos 07 dias do mês de novembro de 2016; 24º. Ano de Emancipação.

Valéria Aparecida dos Santos
Prefeita Municipal

Recursos Humanos

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JUATUBA/MG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, as legislações Estadual e Municipal em vigor e considerando a

homologação do Resultado Final do Processo Seletivo realizado através do Edital nº 001/2016, torna pública a Sétima Chamada dos Candidatos Aprovados e Habilitados, para o provimento dos cargos públicos especificados no Quadro I.

Os convocados deverão comparecer, durante os dias 11/11/2016 e 16/11/2016, das 08:00 às 12:00 horas para apresentação e entrega dos documentos constantes do Edital do Processo Seletivo nº 001 de 2016, item 7.2. O não comparecimento no prazo acima fixado implica em desistência da vaga.

QUADRO I

Cargo: Técnico em Enfermagem

Convocados Classificação

Elida Souza Parreira 21

QUADRO I - Local de comparecimento: Rua Antônio Suga Say, 161 - Centro - Juatuba - Telefone: 31-3535-9417

Juatuba, 10 de novembro de 2016.

Valéria Aparecida dos Santos
Prefeita Municipal de Juatuba/MG

ANEXO V – MINUTA PROPOSTA E CONVITES FINAIS ENVIADOS PELO MUNICÍPIO PARA AUTORIDADES/ENTIDADES

– MODELO –

MINUTA DE OFICIO A AUTORIDADES/ENTIDADES

OF. CIRC. YYYYYYYY

XXXXXXXXXX, XX de XXX de 2016

Prezado Senhor(a),
A Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXX { *e caso exista* }... e o Conselho das Cidades} convida (m) para a Audiência Pública de Lançamento da Revisão do PLANO DIRETOR de XXXXXXXXXXXX no dia xxx de XXXXXX 2016, XXXXX-feira ou sábado, na XXXXXXXX (ex. auditório...) Rua xxxxxxz, numero xxxx, bairro xxxx, no horario das XXXXXX hs as XXXXXXXX hs (2 horas e meia de duração).

O evento tem o objetivo de informar e desencadear um processo que venha readequar e compatibilizar o Plano Diretor e a legislação municipal vigente, com os marcos dos Estatutos da Cidade e da Metrópole, bem como os avanços propostos pelo PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Macrozoneamento da RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Esta primeira audiência pública, de uma série de três, que contará com a participação de Equipe técnica da UFMG e representantes da Agencia Metropolitana, pretende envolver o poder executivo municipal, Câmara Municipal, representantes de entidades, movimentos sociais e da iniciativa privada deste município.

Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: XXXXXXXXXXXX.

Município, data XXXXXXXXXXXXXXXX

Certa de seu interesse e especial acolhida, apresento os meus cordiais cumprimentos.
Atenciosamente,

Assinatura de representante do poder executivo

(eventualmente)

Representante do Conselho das Cidades



Secretaria de Infraestrutura Urbana
Telefone: (31) 3535-5715 / (31) 3535-8169

Ofício nº. 056/2016

Juatuba, 17 de outubro de 2016

À
Câmara Municipal de Juatuba
A/C: Alcides Osório da Silva
Presidente da Câmara

Exmo. Presidente,

A Prefeitura Municipal de Juatuba convida (m) para a Audiência Pública de Lançamento da Revisão do PLANO DIRETOR de JUATUBA no dia 04 de novembro 2016, sexta-feira, na Câmara Municipal de Juatuba R. Mário Teixeira - Centro de Varginha, Juatuba - MG, 35675-000, no horário das 17:00 hs as 19:30 hs.

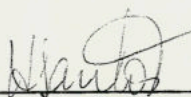
O evento tem o objetivo de informar e desencadear um processo que venha readequar e compatibilizar o Plano Diretor e a legislação municipal vigente, com os marcos dos Estatutos da Cidade e da Metrópole, bem como os avanços propostos pelo PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Macrozoneamento da RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Esta primeira audiência pública, de uma série de três, que contará com a participação de Equipe técnica da UFMG e representantes da Agência Metropolitana, pretende envolver o poder executivo municipal, Câmara Municipal, representantes de entidades, movimentos sociais e da iniciativa privada deste município.

Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (31) 3535-8169

Certa de seu interesse e especial acolhida, apresento os meus cordiais cumprimentos.

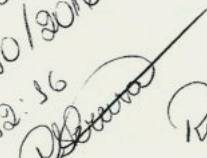
Atenciosamente,


Valeria Aparecida dos Santos
Prefeita

Praça dos Três Poderes, s/nº – Centro – Juatuba / MG



Recbi
20/10/2016
12:16

 Regiane Santos Pereira Araújo



Secretaria de Infraestrutura Urbana
Telefone: (31) 3535-5715 / (31) 3535-8169

Ofício nº. 058/2016

Juatuba, 17 de outubro de 2016

À
Sindicato dos Servidores Públicos – SINDSERJ
A/C: Calmelicia Antonia da Silva
Rua: Antonio Batista Duarte, nº 391, Cidade Nova II

Exmo. Presidente,

A Prefeitura Municipal de Juatuba convida (m) para a Audiência Pública de Lançamento da Revisão do PLANO DIRETOR de JUATUBA no dia 04 de novembro 2016, sexta-feira, na Câmara Municipal de Juatuba R. Mário Teixeira - Centro de Varginha, Juatuba - MG, 35675-000, no horário das 17:00 hs as 19:30 hs.

O evento tem o objetivo de informar e desencadear um processo que venha readequar e compatibilizar o Plano Diretor e a legislação municipal vigente, com os marcos dos Estatutos da Cidade e da Metrópole, bem como os avanços propostos pelo PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Macrozoneamento da RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Esta primeira audiência pública, de uma série de três, que contará com a participação de Equipe técnica da UFMG e representantes da Agencia Metropolitana, pretende envolver o poder executivo municipal, Câmara Municipal, representantes de entidades, movimentos sociais e da iniciativa privada deste município.

Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (31) 3535-8169

Certa de seu interesse e especial acolhida, apresento os meus cordiais cumprimentos.

Atenciosamente,

Valeria Aparecida dos Santos
Prefeita

Praça dos Três Poderes, s/nº – Centro – Juatuba / MG

*Recebi
Mantela
da Silva
21-10-16 10:30 h*





Secretaria de Infraestrutura Urbana
Telefone: (31) 3535-5715 / (31) 3535-8169

Ofício nº. 063/2016

Juatuba, 17 de outubro de 2016

À
Centro Social dos Bairros Unidos do Distrito de Francelinos
A/C: Tulio Eustaquio Medeiros Henriques
Rua: Marcelina Lopes, nº541, Bairro: Santo Antonio, Juatuba.

Exmo. Presidente,

A Prefeitura Municipal de Juatuba convida (m) para a Audiência Pública de Lançamento da Revisão do PLANO DIRETOR de JUATUBA no dia 04 de novembro 2016, sexta-feira, na Câmara Municipal de Juatuba R. Mário Teixeira - Centro de Varginha, Juatuba - MG, 35675-000, no horário das 17:00 hs as 19:30 hs.

O evento tem o objetivo de informar e desencadear um processo que venha readequar e compatibilizar o Plano Diretor e a legislação municipal vigente, com os marcos dos Estatutos da Cidade e da Metrópole, bem como os avanços propostos pelo PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Macrozoneamento da RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Esta primeira audiência pública, de uma série de três, que contará com a participação de Equipe técnica da UFMG e representantes da Agencia Metropolitana, pretende envolver o poder executivo municipal, Câmara Municipal, representantes de entidades, movimentos sociais e da iniciativa privada deste município.

Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (31) 3535-8169

Certa de seu interesse e especial acolhida, apresento os meus cordiais cumprimentos.

Atenciosamente,

Valeria Aparecida dos Santos
Prefeita





Secretaria de Infraestrutura Urbana
Telefone: (31) 3535-5715 / (31) 3535-8169

Ofício nº. 067/2016

Juatuba, 17 de outubro de 2016

À
Centro Social Rural da Comunidade de Boa Vista
A/C: Francisco Ullmann Neto
Rua: Santo Antonio, nº 121, Bairro Boa Vista, Juatuba.

Exmo. Presidente,

A Prefeitura Municipal de Juatuba convida (m) para a Audiência Pública de Lançamento da Revisão do PLANO DIRETOR de JUATUBA no dia 04 de novembro 2016, sexta-feira, na Câmara Municipal de Juatuba R. Mário Teixeira - Centro de Varginha, Juatuba - MG, 35675-000, no horário das 17:00 hs as 19:30 hs.

O evento tem o objetivo de informar e desencadear um processo que venha readequar e compatibilizar o Plano Diretor e a legislação municipal vigente, com os marcos dos Estatutos da Cidade e da Metrópole, bem como os avanços propostos pelo PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Macrozoneamento da RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Esta primeira audiência pública, de uma série de três, que contará com a participação de Equipe técnica da UFMG e representantes da Agência Metropolitana, pretende envolver o poder executivo municipal, Câmara Municipal, representantes de entidades, movimentos sociais e da iniciativa privada deste município.

Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (31) 3535-8169

Certa de seu interesse e especial acolhida, apresento os meus cordiais cumprimentos.

Atenciosamente,

Valeria Aparecida dos Santos
Prefeita

*Recebi em 21-10-2016
Duzia Ferreira Kling Silva*



ANEXO VI – MINUTA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

– MODELO –

(LOGOMARCA DA PREFEITURA)

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO
DE XXXXXXXXXXXXXXXX**

A Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXX { *(e caso exista)*... e o Conselho das Cidades} convida (m) para a Audiência Pública de Lançamento da Revisão do PLANO DIRETOR de XXXXXXXXXXXX. O evento tem o objetivo de informar e desencadear um processo que venha readequar e compatibilizar o Plano Diretor e a legislação municipal vigente, com os marcos dos Estatutos da Cidade e da Metrópole, bem como os avanços propostos pelo PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Macrozoneamento da RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Data: xxx de XXXXXX 2016, XXXXX-feira ou sábado

Local: XXXXXXX (ex. auditório...) Rua xxxxxxx, número xxxx, bairro xxxxx

Horário: das XXXXXX hs as XXXXXX hs (2 horas e meia de duração)

Participantes: Representantes do Poder Público municipal e estadual, da Câmara dos Vereadores, dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, das entidades metropolitanas, da Equipe técnica da UFMG e da Agência Metropolitana, bem como da população em geral.

Pauta: Lançamento público da revisão do atual Plano Diretor; apresentação e formulação de um processo participativo com envolvimento do governo municipal e da sociedade local; função técnica da Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Agência Metropolitana e Equipe técnica da UFMG.

Município, data XXXXXXXXXXXXXXXX

Assinatura de representante do poder executivo

(eventualmente)

Representante do Conselho das Cidades

ANEXO VII – CONVITE PARA REFORÇAR MOBILIZAÇÃO – MODELO E EMAIL ENVIADO AO MUNICÍPIO

A EQUIPE DO PLANO METROPOLITANO DE REVISÃO DE PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS JUNTAMENTE A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA RMBH E AS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS CONVIDAM PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE:

JUATUBA

DATA: 04 de Novembro 2016
HORA: 17:00
LOCAL: Câmara Municipal Juatuba
Rua Mário Teixeira - Centro

AGENDA COMPLETA DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

04/11/16	Audiência Pública de Baldim _ 14:00 Local: Câmara Municipal de Baldim Rua Vitalino Augusto, 75 - Centro
04/11/16	Audiência Pública de Juatuba _ 17:00 Local: Câmara Municipal de Juatuba Rua Mario Teixeira - Centro
07/11/16	Audiência Pública de Vespasiano_ 14:00 Local: Auditório da Prefeitura Municipal Ave. Prefeito Sebastião Fernandes, 479 - Centro
08/11/16	Audiência Pública de Sarzedo_ 09:30 Local: Câmara Municipal de Sarzedo Rua Professora Efigênia Mendonça, 199 - Vila Satélite
08/11/16	Audiência Pública de Mateus Leme_ 17:00 Local: Câmara Municipal de Mateus Leme Ave. Getúlio Vargas, 736 - Centro
09/11/16	Audiência Pública de Caeté_ 09:30 Local: Fundação Educacional de Caeté Ave. Padre Vicente Cornelio Borges, 20 - José Brandão
09/11/16	Audiência Pública de Itaiaiçu_ 14:00 Local: Ginásio Santino Mendonça Chaves Rua Anísio Chaves Mendonça - Centro
09/11/16	Audiência Pública de Nova União_ 17:00 Local: Câmara Municipal de Nova União Ave. José Afonso Fernandes, 825 - Centro
10/11/16	Audiência Pública de Rio Manso_ 14:00 Local: Câmara Municipal de Rio Manso Rua Vicente Luiz da Silva, 144 - Souza Lima
10/11/16	Audiência Pública de Campim Branco_ 15:00 Local: Câmara Municipal de Capim Branco Praça Jorge Ferreira Pinto, 20 - Centro
16/11/16	Audiência Pública de São Joaquim de Bicas_ 09:30 Local: Auditório da Escola Municipal Atidório Amaral Rua Ruberval Dias, 18 - Tapanuara

Convite Audiência Pública Revisão Plano Diretor

Entrada x



Heloisa Andrade <helo.and51@gmail.com>

3 de nov



para Cco:fatimaguiarae., Cco:krikabd, Cco:juatubaobras, Cco:agronfagundes, Cco:anapereirasoci., Cco:mariaacmd, ▾

Reforçando convite da Prefeitura Municipal de Juatuba a equipe do plano metropolitano de revisão dos planos diretores municipais (UFMG), em conjunto com a Agência Metropolitana convida para audiência pública:

Data: 04 de novembro de 2016
Horário: 17:00
Local: Câmara Municipal de Juatuba

Equipe de Mobilização Plano Diretor



Convite Audiência Pública Revisão Plano Diretor

Entrada x



Heloisa Andrade <helo.and51@gmail.com>

3 de nov



para Cco:fatimaguiarae., Cco:krikabd, Cco:juatubaobras, Cco:agronfagundes, Cco:anapereirasoci., Cco:mariaacmd, ▾

Reforçando convite da Prefeitura Municipal de Juatuba a equipe do plano metropolitano de revisão dos planos diretores municipais (UFMG), em conjunto com a Agência Metropolitana convida para audiência pública:

Data: 04 de novembro de 2016
Horário: 17:00
Local: Câmara Municipal de Juatuba

Equipe de Mobilização Plano Diretor



de: **Heloisa Andrade** <helo.and51@gmail.com>

municipais

para:

cc: fatimaguiaraes1@yahoo.com.br,
krikabd@hotmail.com,
juatubaobras@yahoo.com.br,
agronfagundes@uol.com.br,
anapereirasocial@yahoo.com.br,
mariaacmd@hotmail.com,
melrydi@hotmail.com,
nery.anastacio@hotmail.com,
sergiooaraujo@yahoo.com.br,
wpereiraw1@yahoo.com.br,
cultura@juatuba.mg.gov.br,
henri2011@hotmail.com,
sol.engenharia@hotmail.com

data: 3 de novembro de 2016 11:24

assunto: Convite Audiência Pública Revisão Plano Diretor

enviado por: gmail.com

📧 : Importante segundo nossa poção mágica.

ANEXO VIII – ORIENTAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

ORIENTAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DO PLANO DIRETOR

O Município deve providenciar:

Infraestrutura para Audiência Pública:

- Local apropriado para o evento
- Equipamento de som (se possível, dois microfones)
- Projetor (data show), computador, telão.

Equipe de suporte:

- Recepção (mínimo de duas pessoas)
- Lista de Presença
- Pessoa responsável para secretariar e fazer a ata da audiência

Grupo de Acompanhamento:

a) O grupo de acompanhamento será formado por dois representantes do poder público municipal, um representante do Legislativo e três da sociedade civil.

b) O poder público municipal deve indicar com antecedência dois representantes para o grupo de acompanhamento. Os representantes do Legislativo e da Sociedade Civil serão escolhidos na Audiência Pública.

c) Complementação do Edital: publicar complementação do Edital conforme orientações abaixo especificadas.

Mobilização ampla da sociedade civil (entidades, associações, conselhos, fóruns, movimentos sociais, entre outros).

Ampla divulgação da audiência: além dos convites oficiais priorizar outras formas de mobilização tais como faixas, rádios, etc.

Equipe de Mobilização dos Planos Diretores
Belo Horizonte, 27 de outubro de 2016

ANEXO IX – FORMATO AUDIÊNCIA

Programação		Responsáveis	Duração
Abertura	Composição de mesa	CERIMONIAL (PREFEITURA)	20 MIN
	Apresentação / registro de presença autoridades		
	Fala de autoridade local		
	Programação		
Contextualização Local	Apresentação Sucinta do Plano Diretor Vigente	REPRESENTANTE MUNICÍPIO	20 MIN
Contextualização Metropolitana	Apresentação Sucinta Plano de Revisão : Diretrizes Conceitos Características Contrato + Resgate PDDI + Macrozoneamento	EQUIPE UFMG	40 MIN
Apresentação do Plano de Revisão dos PDs	Agenda de Elaboração do Trabalho		
	Atribuições do Grupo de Acompanhamento		
Contribuições	Abertura da Fala aos Presentes		20 MIN
Votação	Eleição Grupo de Acompanhamento		20 MIN
Fechamento	Leitura da Ata da Audiência	CERIMONIAL (PREFEITURA)	15 MIN
	Considerações Finais		

ANEXO X – MINUTA DA ATA DA AUDIÊNCIA DE LANÇAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

– MODELO –

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Às 00 horas e 00 minutos do **dia 00 do mês Novembro do ano de 2016**, tendo por local a(o) **Nnnnnnnn nn Nnnnnn**, situado na (rua, Avenida, Alameda) **Nnnnnnnnnn nn Nnnnnn**, foi realizada audiência pública convocada pelo(a) Prefeito(a) Municipal e pelo Presidente(a) da Câmara Municipal do Município de **Nnnnnnn nn Nnnnnn**, no Estado Minas Gerais, com a finalidade de dar início ao Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal.

Para a condução da presente Audiência Pública foram convidados, para compor a mesa:

- **(inserir nome completo, cargo e Instituição de todos os membros da mesa)**
- Após a composição da mesa foi dada a palavra ao(à) Sr.(a) **(nome e cargo da autoridade local)** que destacou **(inserir um breve resumo da apresentação da autoridade local)**

Em seguida foi apresentada a pauta da reunião, composta pelos seguintes tópicos principais:

- Contextualização Local;
- Apresentação do Processo de Revisão dos Planos Diretores Participativos Municipais;
- Contribuições dos presentes à reunião;
- Eleição dos Grupos de Acompanhamento;
- Encerramento.

Após apresentação da pauta o(a) Sr(a) **(inserir nome completo, cargo e Instituição)** apresentou um panorama da legislação urbanística vigente no município. Na sequência a(o) Sr(a) **(nome completo e cargo de membro da Equipe UFMG)** contextualizou o Contrato N° 002/2016, firmado no mês de setembro do corrente ano entre a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - AGÊNCIA RMBH, e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – IPEAD / UFMG, com previsão de execução em 15 meses. O corpo técnico assumiu a palavra e conduziu a exposição sobre o processo de revisão do Plano Diretor Municipal no contexto do planejamento metropolitano, bem como destacou as etapas e os produtos decorrentes do contrato em tela. Todos os produtos serão encaminhados ao Executivo Municipal, culminando com a versão revisada do Plano Diretor, contendo, inclusive, as propostas de projetos de leis complementares. Foi então aberta a fala aos presentes na audiência. **Relato breve das participações:** O Sr.(a) tomou a palavra e lembrou... caso não houver participações, anotar: e não havendo intervenções, deu-se sequência às atividades. No tópico seguinte, foi encaminhada a eleição do Grupo de Acompanhamento. Definiu-se que o Grupo de Acompanhamento do Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de **Xxxxxxxx** será composto por (x) membros, organizado da seguinte forma:

- 0X membros do Poder Executivo Municipal (especificar);
- 0X membros do Poder Legislativo Municipal (especificar);
- 0X membros da sociedade civil (especificar);

Tendo como base a definição organizacional do Grupo de Acompanhamento foi realizada a eleição dos membros, a seguir apresentados:

- (Nome d(a)o cidadã(o), vinculação institucional / social)
- (Nome d(a)o cidadã(o), vinculação institucional / social)
- (Nome d(a)o cidadã(o), vinculação institucional / social)

Os membros do grupo de acompanhamento eleitos terão sua representação ratificada por decreto municipal a ser editado pela prefeitura. Cumprido o último ponto da pauta proposta encaminhou-se para o encerramento da audiência pública, sendo que esta contou com a presença de 000 cidadãos, conforme a lista de presença anexa. Na oportunidade, após debate com a comunidade e a população em geral, foi oficializada a abertura da revisão do Plano Diretor do Município de Nnnnnn nn Nnnnnnn. Os trabalhos foram finalizados às 00 horas e 00 minutos daquela data. Para constar, nome completo do funcionário que lavrou a ata, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo Prefeito do Município.

Nnnnnn Nnnnnnn Nnnnnn
Presidente da Câmara Municipal d
Município de Nnnnn

Nnnnnn Nnnnnnn Nnnnnn
Prefeito do Município de Nnnnnn
Nnnnnnn

ANEXO XI – ATRIBUIÇÕES DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

ATRIBUIÇÕES DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE XXXX AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO

O Grupo de Acompanhamento do Plano Diretor apresenta-se como instância fundamental no processo participativo iniciado nesta Audiência Pública. De caráter paritário, o Grupo atua, sobretudo, como um canal de comunicação com os distintos atores envolvidos na revisão do Plano (poder público, sociedade civil, universidades, etc.). Nesse sentido, deve contar com pessoas interessadas e engajadas nos processos de planejamento e mobilização social que ocorrem no município.

Dessa forma, as principais atribuições do Grupo de Acompanhamento são as seguintes:

1. Participar da capacitação específica sobre temas relacionados à revisão do Plano Diretor, a ser promovida pela equipe técnica da Universidade;
2. Participar das audiências públicas, oficinas e demais reuniões relacionadas ao processo de revisão do Plano Diretor;
3. Promover a divulgação e disseminação das informações produzidas ao longo dos trabalhos desenvolvidos;
4. Discutir com os setores que representam sobre toda e qualquer informação de interesse público relativa ao processo de revisão do Plano Diretor;
5. Auxiliar na estruturação e funcionamento do Espaço Plano Diretor –físico e virtual;
6. Fornecer, caso existentes, dados e informações produzidos pelas diferentes instâncias do poder público e da sociedade civil organizada que possam subsidiar os trabalhos de revisão do Plano;
7. Auxiliar, em parceria com o poder público estadual, na leitura, análise e sugestões dos produtos entregues referentes às diferentes etapas do trabalho desenvolvido pela equipe técnica.

O Grupo de Acompanhamento será composto por membros titulares e suplentes representantes do poder público (executivo e legislativo) e da sociedade civil (movimentos sociais, entidades de classe, empresários, etc). Sua formalização se realizará via decreto municipal, o qual será promulgado após a realização desta Audiência de Lançamento.

O mandato dos membros eleitos é vigente até o encerramento das atividades da equipe técnica que coincide com a entrega da Minuta de Lei do Plano Diretor para as deliberações e votação na Câmara Municipal.

ANEXO XII – MINUTA DO DECRETO LEI DE LEGITIMAÇÃO DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

– MODELO –

Decreto nº XX de XX de XXXXXX de 2016

Regulamenta e constitui o Grupo de Acompanhamento de Revisão do Plano Diretor do Município de XXXXXXX.

O Prefeito de XXXXXXX, no uso de suas atribuições legais presentes no artigo XXX da Lei Orgânica do Município de XXXXXXX de XX de XXXX de XXXX, no intuito de dar início ao processo de revisão do Plano Diretor conforme o §3º do artigo 40 da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 por meio do processo de participação popular nos termos dispostos no artigo XXX da Lei Complementar do Município de XXXXXXX nº XXX de XX de XXXXXXX de XXXX e em consonância com o §4º do artigo 40 e artigo 43 da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 e em referência à Audiência Pública ocorrida em X de XXXXXXX de XXXX convocada pelo Edital de Convocação publicado em XX de XXXXXXX de XXXX,

DECRETA:

Art. 1º - O Grupo de Acompanhamento para revisão do Plano Diretor de XXXXXX, Lei Complementar do Município de XXXXXX nº XXX de XX de dezembro de XXXX, é composto por 6 membros titulares e seus respectivos suplentes na seguinte organização:

- I** – 2 Membros do Poder Executivo;
- II** – 1 Membro do Poder Legislativo;
- III** – 3 Membros da sociedade civil.

Parágrafo único. A composição do grupo de acompanhamento deverá sempre ser no mínimo paritária. Caso o número membros representantes da sociedade civil, por motivos supervenientes, se torne menor que 3, deverá ser reduzida a participação do Poder Público (Membro do Poder Executivo e/ou Membro do Poder Legislativo).

Art. 2º - A composição dos membros representantes da sociedade civil, titulares ou suplentes, apenas poderá ser alterada por meio de Audiência Pública convocada nos termos da Resolução Recomendada nº 25 de 18 de março de 2005 do Ministério das Cidades em atendimento aos princípios da publicidade e participação popular.

Art. 3º - A composição de titulares e suplentes do Grupo de Acompanhamento eleita em Audiência Pública realizada em XX de XXXXXXX de 2016 é:

- I** - NOME (Titular); NOME (Suplente) – Membro do Poder Executivo;
- II** – NOME (Titular); NOME (Suplente) – Membro do Poder Executivo;
- III** – NOME (Titular); NOME (Suplente) – Membro do Poder Legislativo;
- IV** – NOME (Titular); NOME (Suplente) – Membro Representante da Sociedade Civil;
- V** – NOME (Titular); NOME (Suplente) – Membro Representante da Sociedade Civil;
- VI** – NOME (Titular); NOME (Suplente) – Membro Representante da Sociedade Civil.

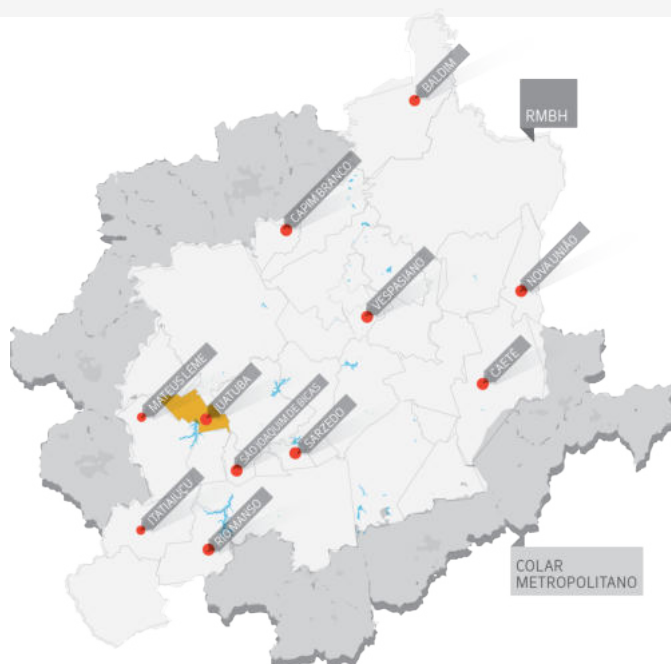
Processo de Revisão
planoDiretor
Assessoramento aos municípios | POO-HMBH

**Processo de Revisão de Planos
Diretores de Municípios da Região
Metropolitana de Belo Horizonte**

Juatuba, 04 de Novembro de 2016

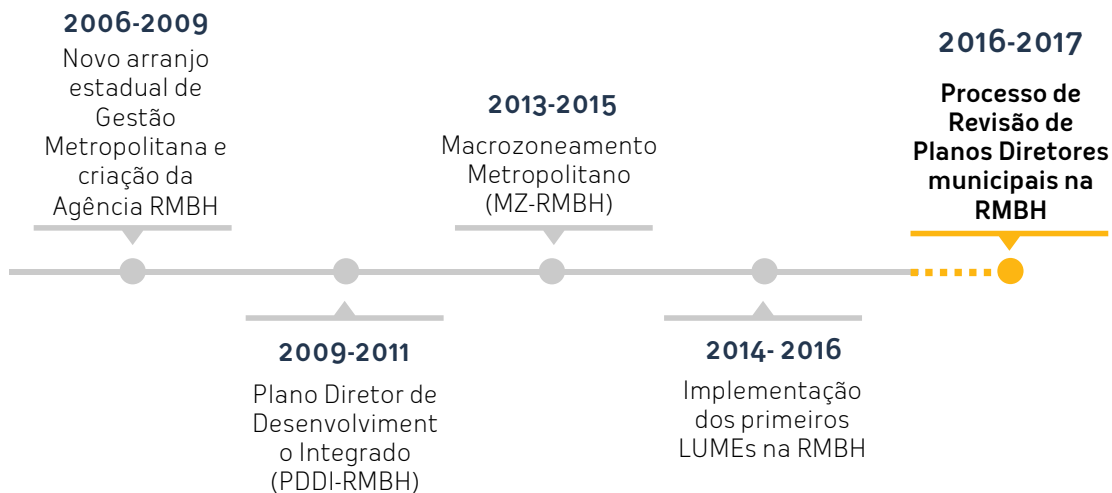


Apresentação





Contextualização



Revisão do Plano Diretor

objetivos

1. Detalhamento das Zonas de Interesse Metropolitano, da Trama Verde e Azul e das Diretrizes do Macrozoneamento Metropolitano da RMBH em instância local
2. Assessoramento à revisão dos Planos Diretores de 11 (onze) municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH





Revisão do Plano Diretor

diretrizes gerais

1. Desenvolvimento do projeto de forma democrática e participativa: valorização do aprendizado social como complemento ao saber técnico;
2. Compatibilização, desenvolvimento e desdobramento local do PDDI e do Macrozoneamento Metropolitano;
3. Município enquanto parceiro no desenvolvimento das propostas;
4. Ideal de planejamento e gestão compartilhada do território metropolitano;
5. Amplo processo de participação social;
6. Construção de um sentimento de cidadania metropolitana.



Atores





Bases norteadoras do trabalho

Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257 / 2001

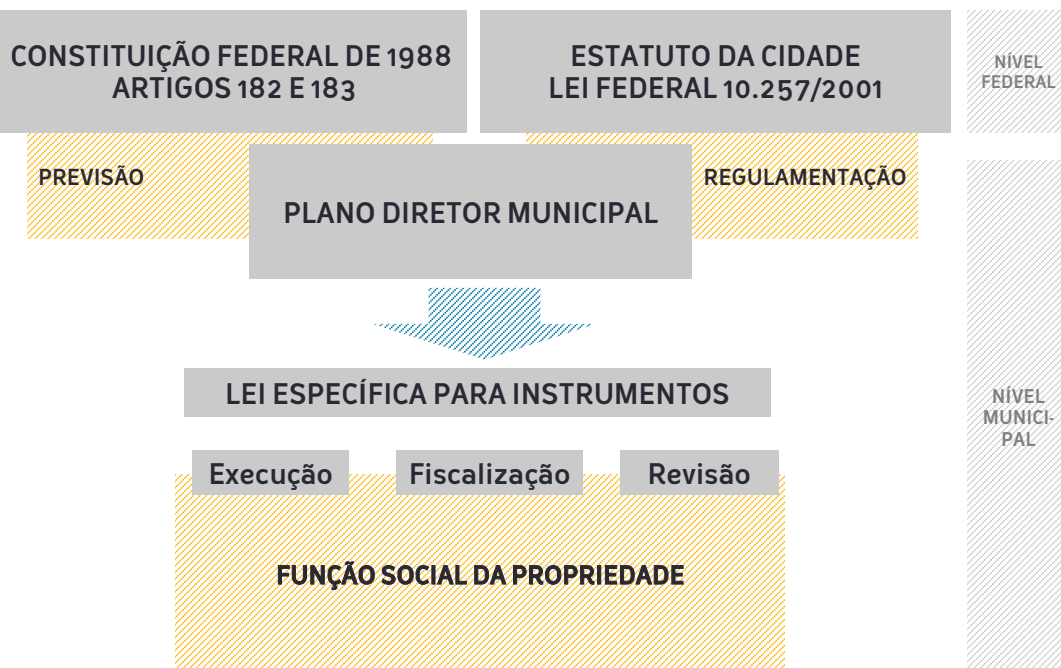
Estatuto da Metrópole – Lei nº 13.089 / 2015

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI-RMBH)

Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH)



Estatuto da Cidade





Estatuto da Metrópole

art. 9

Sem prejuízo da lista apresentada no art. 4º da Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, no desenvolvimento urbano integrado de regiões metropolitanas e de aglomerações urbanas serão utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado

**PDDI-
RMBH**

art. 12

Plano de desenvolvimento urbano integrado de região metropolitana ou de aglomeração urbana deverá considerar o conjunto de Municípios que compõem a unidade territorial urbana e abranger áreas urbanas e rurais.

II – o macrozoneamento da unidade territorial urbana

**MZ-
RMBH**



Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado PDDI

POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS

DIMENSÕES ESTRUTURANTES E EIXOS TEMÁTICOS

TERRITORIALIDADE

INSTITUCIONALIDADE

ACESSIBILIDADE

SEGURIDADE

SUSTENTABILIDADE

URBANIDADE

POLÍTICAS

PROGRAMAS

PROGRAMAS

PROGRAMAS

PROGRAMAS

PROJETOS

PROJETOS

PROJETOS

PROJETOS

PROJETOS

PROJETOS

PROJETOS

PROJETOS



Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado PDDI

Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e da Ocupação do Solo

Programa de Macrozoneamento Metropolitano;

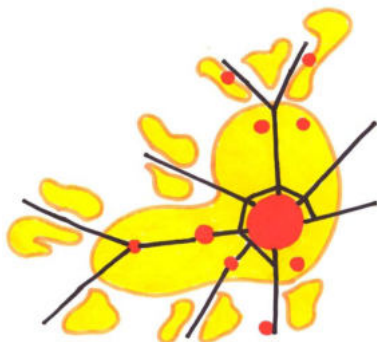
Programa de Regulação do Uso do Solo;

Programa de Apoio à Revisão das Legislações Municipais;

Programa de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável.



Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado PDDI

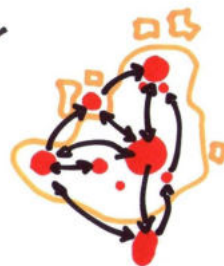
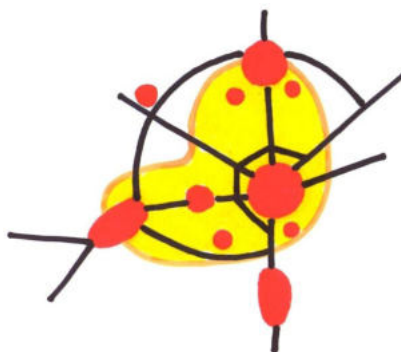


Situação atual:

Metrópole monocêntrica e estendida; sistema viário rádio-concêntrico

Situação desejada:

Metrópole policêntrica e compacta; sistema viário organizado em rede





Macrozoneamento Metropolitano



ZIMs

Zonas de Interesse
Metropolitano



AIMs

Áreas de Interesse
Metropolitano



TVA

Trama Verde e Azul

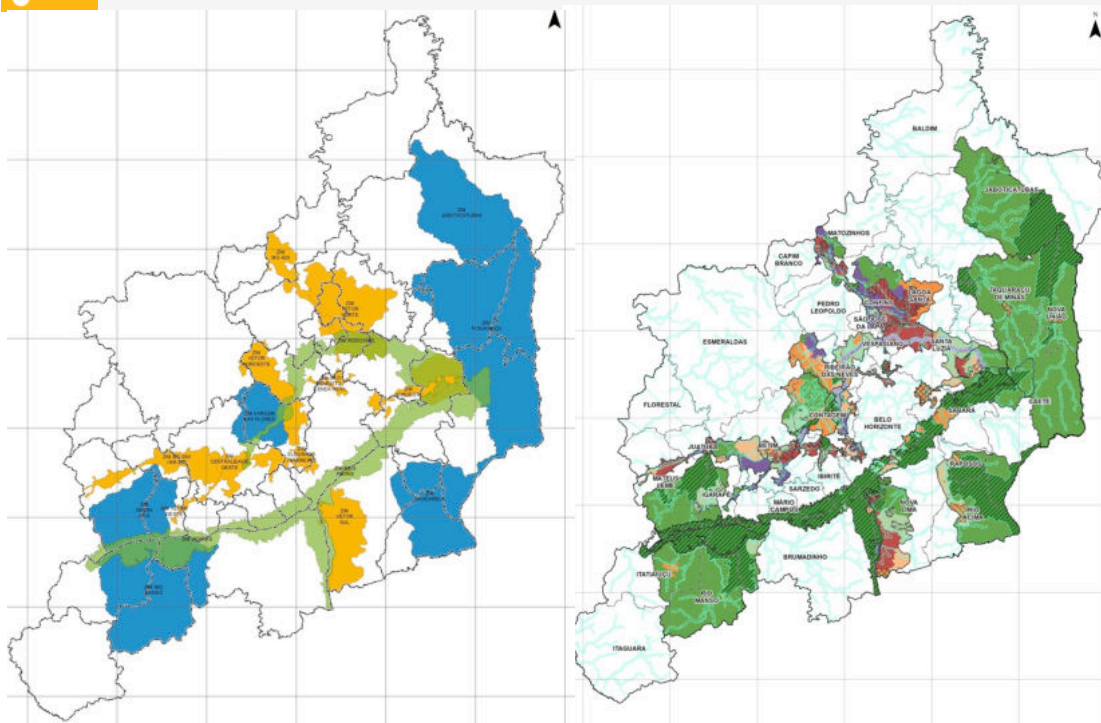


LUMEs

Lugares de
Urbanidade
Metropolitana



Macrozoneamento Metropolitano





Etapas do Processo de Revisão PD



Processo Participativo



ESPAÇO PLANO DIRETOR
espaço físico e digital para sistematização de informações, trocas de saberes e formação de atores. Embrião dos LUMES



GRUPO DE ACOMPANHAMENTO
Grupo formado por membros da sociedade civil e do poder público responsáveis por acompanhar e contribuir sistematicamente com o processo de revisão.





Processo Participativo

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

1. Participar da capacitação específica sobre temas relacionados à revisão do Plano Diretor;
2. Participar das audiências públicas, oficinas e demais reuniões relacionadas ao processo de revisão do Plano Diretor;
3. Promover a divulgação e disseminação das informações produzidas;
4. Discutir com os setores que representam sobre informações de interesse público relativa ao processo de revisão do Plano Diretor;
5. Auxiliar na estruturação e funcionamento do Espaço Plano Diretor –físico e virtual;
6. Fornecer dados e informações produzidos pelas diferentes instâncias do poder público e da sociedade civil organizada que possam subsidiar os trabalhos de revisão do Plano;
7. Auxiliar, em parceria com o poder público estadual, na leitura, análise e sugestões dos produtos desenvolvidos pela equipe técnica.

Processo de Revisão
planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH



AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO METROPOLITANA
DE BELO HORIZONTE

